



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciência Política e Administração Pública
Licenciatura em Ciência Política

Paz e Reconciliação em Moçambique: entre avanços e recuos.
Análise da Implementação do Acordo sobre o Processo de Desarmamento,
Desmobilização e Reintegração (1992 – 2019)

Gildo Zefanias Chau

Supervisor: Jaime Guiliche

Maputo, Setembro de 2023

Gildo Zefanias Chau

**Paz e Reconciliação em Moçambique: entre avanços e recuos.
Análise da Implementação do Acordo sobre o Processo de Desarmamento,
Desmobilização e Reintegração (1992 – 2019)**

Trabalho de Fim de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política.

Supervisor: Jaime Guiliche

Maputo, Setembro de 2023

**Paz e Reconciliação em Moçambique: entre avanços e recuos.
Análise da Implementação do Acordo sobre o Processo de Desarmamento,
Desmobilização e Reintegração (1992 – 2019)**

Gildo Zefanias Chau

Trabalho de Fim de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da
Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Ciência Política.

Data de Aprovação 03/11/2023.

Mesa de Júri:

O Presidente

Amácio J. Buainina

O Supervisor

[Assinatura]

O oponente

[Assinatura]

Maputo, Setembro de 2023

**Paz e Reconciliação em Moçambique: entre avanços e recuos.
Análise da Implementação do Acordo sobre o Processo de Desarmamento,
Desmobilização e Reintegração (1992 – 2019)**

Gildo Zefanias Chau

Trabalho de Fim de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da
Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura em Ciência Política.

Mesa de Júri:

O Presidente

(Anísio Buanaissa, MA)

O Supervisor

(Jaime Guiliche, MA)

O oponente

(Salvador Forquilha, PhD)

Maputo, Setembro de 2023

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	v
EPÍGRAFE	vi
RESUMO.....	vii
<i>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</i>	<i>1</i>
1. Problema de Pesquisa	3
2. Objectivos do Estudo	8
2.1. Objectivo Geral.....	8
2.2. Objectivos Específicos.....	8
3. Hipótese	8
4. Justificativa	9
<i>CAPÍTULO II – Estado da Arte sobre os Acordos de Paz e Reconciliação Nacional.....</i>	<i>10</i>
2.1. Por que os acordos de paz fracassam?	10
2.2. Determinantes de uma implementação bem-sucedida.....	15
2.3. Uma visão geral de alguns casos da África Subsaariana: o DDR como parte essencial do processo de paz	20
<i>CAPÍTULO III - Enquadramento Teórico e Conceptual.....</i>	<i>26</i>
3.1. Quadro Conceptual	26
3.1.1. Acordos de Paz	26
3.1.2. Reconciliação.....	27
3.2. Referencial Teórico.....	29
3.2.1. Neo-institucionalismo histórico.....	29
3.2.2. Teoria de Mudança	31

<i>CAPÍTULO IV - Metodologia</i>	33
4.1. Limitações da pesquisa	34
<i>CAPÍTULO V - Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados</i>	35
5.1. Processo de implementação do acordo sobre o DDR: Avanços e Retrocessos	35
5.1.1. Desarmamento e suas implicações	37
5.1.2. Reintegração socio-económica de ex-combatentes: um processo longo e inacabado?.....	39
5.1.3. O DDR no Acordo de Maputo: da assinatura à implementação - última vez?...43	
5.2. Os três Acordos de paz: similaridades e diferenças nos termos estabelecidos	49
5.3. Para uma implementação bem-sucedida dos acordos assinados em Moçambique: que desafios?.....	51
6. Considerações Finais e Recomendações.....	56
6.1. Recomendações	58
7. Referências Bibliográficas	59
<i>APÊNDICE I - Lista de Pessoas Entrevistadas</i>	68
<i>APÊNDICE II - Guião de Entrevista</i>	69
<i>ANEXO I - Resposta ao pedido de entrevista de representante do Governo da Frelimo</i>	71
<i>ANEXO II - Armas transformadas em objectos de arte pelo CCM</i>	72

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando citadas, no texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas para a sua concepção.

O Licenciando

Gildo Zefanias Chau

Maputo, Setembro de 2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Zefanias Chau (*in memoriam*) & Anita Macamo, minhas fontes de inspiração e força.

Com todo o meu amor e gratidão, vós sois a minha luz!

Aos meus queridos sobrinhos, que vos sirva de incentivo!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho simboliza o término de uma jornada repleta de aprendizado, conquistas inerentes ao processo de desenvolvimento pessoal. É meu dever ético expressar minha sincera gratidão a todos que colaboraram para torná-lo realidade, especialmente aos Professores do Departamento de Ciência Política e Administração Pública (FLCS-UEM).

Sou profundamente grato ao meu estimado supervisor Jaime Guiliche, pela orientação e confiança depositada em mim. Suas valiosas sugestões desde as versões preliminares, correções, comentários críticos e textos partilhados foram fundamentais para elaboração deste trabalho.

Os meus agradecimentos são extensivos ao Prof. Doutor Domingos do Rosário, pela sua disponibilidade em ler e comentar minuciosamente o meu trabalho. Ao professor Armindo Manhiça, MA, os seus *insights* e sugestões enriqueceram significativamente; ao professor Salvador Watata, MA, pela gentileza e a paciência de ler e tecer comentários; ao professor Elísio Muendane, MA, pelo firme encorajamento e partilha de visão na busca por melhores oportunidades. Ao professor Júlio Amade, MA, pelas observações e críticas detalhadamente feitas ao trabalho. Ao Dr. Arlindo Vilanculos, por ter-se predisposto a ler durante a elaboração da pesquisa.

Aos Drs., Timóteo Bene e Américo Maluana – eternamente Monitores, agradeço fortemente pelo incentivo, acompanhamento e apoio gentilmente prestado desde a introdução do “*bé-à-bá*” da Ciência Política, concretamente no primeiro e segundo ano do curso; e ao Prof. Doutor Dércio Tsandzana na diáspora, pela estima recepção, correções, comentários e sugestões que foram de valor imensurável, o meu Kxanimambo!

Igualmente, expresso a minha gratidão aos meus familiares pelo apoio incondicional e compressão durante todo o processo: a minha mãe, os meus irmãos Fernando Machoco (aka Makwéru), Carlos, Lucas e Amâncio..., aos meus sobrinhos em especial o Jovenaldo Chau.

A ti Célia Ahate , muitíssimo obrigado.

Por fim, aos meus colegas e amigos da trincheira CP - 2019 pelo companheirismo. Agradeço em especial ao Leonardo Macucule, Adilson Muianga, Hélder Machava, Hércio Nhavotso, José Manuel, José Manhice, dra. Isaura Nhaca, Ofélia Machaieie, dra. Ludumila Quelhas e Floriana Jorge (Brothers from another mothers) - a nossa conexão é mais profunda que qualquer árvore genealógica, thank you companheiros!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACHM	Acordo de Cessação de Hostilidades Militares
AGP	Acordo Geral de Paz
AR	Assembleia da República
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CIP	Centro de Integridade Pública
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CORE	Comissão de Reintegração
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
UE	União Europeia
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FDS	Forças de Defesa e Segurança
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IMD	Instituto para Democracia Multipartidária
MdE	Memorando de Entendimento
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PRM	Polícia da República de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
UIR	Unidade de Intervenção Rápida
UPAI	Unidade de Protecção de Altas Individualidades

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Definições de Componentes de DDR	21
Tabela 2 - Número de desmobilizados por base encerrada no âmbito do Acordo de Maputo	44
Tabela 3 - Enquadramento e Reintegração no âmbito do Acordo de Maputo (2020 - 2023)	44
Gráfico 1- Partilha dos votos nas seis eleições presidenciais %	48

EPÍGRAFE

“Todo o Homem procura a Paz, mesmo fazendo a Guerra, mas ninguém procura a Guerra ao fazer a Paz. Mesmo aqueles que pretendem perturbar a Paz em que estão não odeiam a Paz, mas antes desejam mudá-la a seu gosto.”¹

¹ AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

RESUMO

Apesar de Moçambique ser considerado um caso exemplar de pacificação, o processo incompleto de desarmamento, desmobilização e reintegração sócio-económica de ex-combatentes da Renamo e a ausência de uma reconciliação efectiva entre o Governo e a Renamo, prejudicaram a consolidação de paz. A reintegração social e económica completa de ex-combatentes na sociedade contribui para a paz sustentável, reconciliação, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo. Mas passa pela criação de alternativas políticas, meios de subsistência viáveis, perspectivas socio-económicas sólidas e uma estreita colaboração com a sociedade civil para que os ex-combatentes vejam os benefícios de não o uso de violência. Este estudo analisa a implementação do acordo sobre o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (1992 – 2019). Os dados que enformam a análise foram colectados pela triangulação de diferentes técnicas, desde a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. Concluiu-se que, embora Moçambique, tenha registado os principais avanços resultantes da implementação do AGP, como a desmobilização de um grande número de ex-combatentes e a abertura de um campo para o desenvolvimento da democracia multipartidária, o ressurgimento da violência armada em algumas províncias do país representou um grande retrocesso, decorrente do não cumprimento efectivo das medidas do DDR estabelecidas no Acordo de Roma e a forma como os processos eleitorais são organizados.

Palavras-chave: Política, Acordo de Paz, DDR, Eleições, Reconciliação, Moçambique

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, Moçambique foi considerado um exemplo de pacificação, pelo facto de ter concluído com sucesso o processo de transição da guerra para a paz, principalmente se compararmos com alguns exemplos pouco bem-sucedidos, como Angola e Libéria². No entanto, esta visão otimista foi construída ignorando uma série de sinais e acontecimentos que ameaçavam a estabilidade vivida durante um pouco mais de vinte anos após a assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma e, de alguma forma, prenunciavam o retorno a uma situação de violência³.

Em 2013, o país voltou a experimentar momentos de tensão político-militar envolvendo as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e a Renamo. A Renamo exigia a integração de seus membros nas forças armadas e na polícia, além da revisão do sistema eleitoral, questões previamente discutidas no Acordo Geral de Paz (AGP). Esse conflito levou ao início de um ciclo de diálogo político entre o Governo da Frelimo e a Renamo⁴, resultando na assinatura de dois acordos de paz e um memorando de entendimento.

O presente trabalho subordinado ao tema *Paz e Reconciliação em Moçambique: entre avanços e recuos. Análise da Implementação do Acordo sobre o Processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (1992 – 2019)*, visa essencialmente debruçar-se em torno dos avanços e recuos na implementação do acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para consolidação da paz em Moçambique, tendo em conta, sobretudo que a história recente do país, desde o fim da guerra civil conheceu uma sucessão de crises entre o Governo e a Renamo.

Para demonstrar os principais avanços e retrocessos na consolidação da paz, o trabalho explora os acordos assinados e suas metamorfoses para o alcance de uma paz definitiva.

² “Angola regressou à guerra civil após a assinatura do primeiro acordo de paz, o Acordo de Bicesse, em 1991. Apesar dos arranjos detalhados de partilha de poder, o conflito recomeçou depois das eleições em 1992. Foi assinado o segundo acordo, o Protocolo de Lusaka, em 1994, mas a guerra continuou até à morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em Fevereiro de 2002. A Libéria também difere de Moçambique. Em vez de um único acordo de paz para encerrar a Primeira Guerra Civil de 1989, foram necessários seis acordos até que as eleições fossem realizadas em 1997. Além disso, a Libéria foi caracterizada pela proliferação de facções beligerantes ao longo do conflito armado, com um total de oito facções a assinar o último acordo em 1996.” - BEKOE, Dorina. *Implementing Peace Agreements: Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

³ DE BRITO, Luís. Uma reflexão sobre o desafio da Paz em Moçambique. *Desafios para Moçambique*: IESE, Maputo. 2014. p. 24.

⁴ OLIVEIRA, Cortês Emmanuel. Porquê o conflito armado em Moçambique? Enquadramento teórico, dominância e dinâmica de recrutamento nos partidos da oposição. Maputo: *Observatório Político*, 2016. p. 1.

Começando do Acordo Geral de Paz (AGP), Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares (ACHM), o Memorando de Entendimento (MdE) sobre questões militares e o recente Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo assinado em 6 de Agosto de 2019, que retoma o processo de DDR dos ex-combatentes da Renamo.

Entretanto, é importante observar que os avanços e recuos podem ser atribuídos ao Acordo de Paz de Roma, pois embora tenha garantido o fim da guerra civil, não assegurou completamente o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração sócio-económica dos ex-combatentes da Renamo e nem uma reconciliação efectiva entre o Governo e a Renamo, prejudicando assim a estabilidade alcançada pelo AGP e comprometendo a consolidação da paz e da democracia.

A pesquisa pretende responder à pergunta *em que medida a implementação do Acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração influencia para uma paz definitiva em Moçambique?* Tendo em vista que a reintegração sócio-económica efectiva dos desmobilizados da Renamo e seu enquadramento nas forças armadas e na Polícia da República de Moçambique (PRM), são aspectos cruciais para alcançar uma paz efectiva e reconciliação nacional. Ademais, a eliminação completa da capacidade militar da Renamo representa uma ruptura no *status quo* do AGP, garantindo que nenhum partido político tenha posse de armas.

Do ponto de visto teórico, a pesquisa pautou-se pela combinação dos pressupostos da teoria neo-institucionalista na dimensão histórica e da teoria de mudança. Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza qualitativa, e baseou-se no uso de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semi-estruturadas como técnicas de recolha de dados sobre o fenómeno em discussão.

Em termos de estrutura, a pesquisa abrange cinco capítulos: o primeiro contempla a introdução, o problema de pesquisa, os objectivos, a hipótese e a justificativa. O segundo é dedicado à revisão da literatura. No terceiro, é apresentado o enquadramento teórico e conceptual. O quarto capítulo apresenta as abordagens metodológicas utilizadas na pesquisa. O quinto centra-se na apresentação, análise e interpretação dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais e são fornecidas algumas recomendações aos actores envolvidos na implementação do Acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

1. Problema de Pesquisa

Pouco depois das independências (1960 - 1970), muitos Estados africanos experimentaram uma onda de guerras civis, a exemplo de Chade (1965), Nigéria (1967), Angola (1975), Ruanda (1990) e Serra Leoa (1991). Os factores desestabilizadores que contribuíram para a eclosão da violência política na região da África Subsaariana foram muitos e variados, dependendo do contexto nacional e das influências externas em acção durante o período pós-colonial: facções em guerra que buscavam o poder após a independência, regimes autocráticos reprimindo qualquer forma de oposição, níveis generalizados e persistentemente baixos de crescimento económico, associados a altos níveis de pobreza, entre outros factores. Para ultrapassar essas crises políticas, acreditava-se que a negociação de instituições democráticas poderia ser considerada intuitivamente uma solução mais desejável ao ambiente de instabilidade que caracterizava o continente⁵.

Como tal, nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, a África é marcada essencialmente pelas reformas políticas, incluindo a introdução de eleições multipartidárias como únicas vias para ascensão e permanência no poder⁶. Entre 1990 e 1998, cerca de 70 eleições legislativas envolvendo pelo menos dois partidos em 42 dos 48 países da região foram convocadas. Houve também mais de 60 eleições presidenciais com mais de um candidato durante esse período. Deste grupo, em 13 países o titular foi deposto como parte da transição para o regime multipartidário. Apenas sete Estados (Eritreia, Ruanda, Sudão, Somália, Suazilândia, Uganda, República Democrática de Congo) não convocaram eleições multipartidárias. Portanto, essas tendências apontavam para a crescente institucionalização do poder político⁷.

No entanto, embora as eleições regulares são vistas como elementos importantes no processo de democratização e institucionalização do poder político no continente africano, há que observar que muitos líderes africanos não adoptaram eleições democráticas como mecanismos de alternância política, mas sim como vias para manter-se no poder, minando o pluralismo político⁸.

Para documentar essa tendência, Nicolas Van de Walle, colectou dados sobre os caminhos divergentes que regimes democráticos africanos tomaram em pelo menos uma eleição

⁵ Ver Yartey (2004); Lynch & Crawford (2011); Barka & Ncube (2012).

⁶ PREMPEH, Kwasi. Presidents Untamed. In: Larry Diamond & Marc Plattner (Org.). Democratization in Africa. Progress and Retreat, Washington DC: JHU Press. 2010. p. 18.

⁷ VAN DE WALLE, Nicolas, *African economies and the politics of permanent crisis, 1979–1999*. Cambridge University Press, 2001. p. 243.

⁸ Ver Posner & Young (2007); Prempeh. *Op. cit.*, nota 4.

realizada na década de 1990: nove foram declaradas livres, 18 parcialmente livres e 12 não livres conforme a categorização da *Freedom House*. Esses dados mostram que a maioria nunca teve realmente uma transição, a convocação de eleições regulares é uma estratégia para manutenção do poder⁹. Por outro lado, essas mesmas eleições, têm sido catalisadoras de conflitos, como ocorreu em Angola, Burundi, Libéria e Serra Leoa, que voltaram à guerra civil depois de um processo eleitoral¹⁰.

Historicamente, Moçambique faz parte dos países africanos cuja independência foi proclamada em 1975 com fim da guerra colonial, mas isso não significou necessariamente o fim da violência armada em Moçambique. Depois de ter conquistado a independência, seguiu-se uma guerra civil (1977-1992) entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que durou aproximadamente 16 anos¹¹. A guerra terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992 em Roma, que levou o país a uma era democrática.

Após a guerra civil, Moçambique era visto como uma história de sucesso com quase vinte anos de paz e estabilidade. Contudo, em 2013, o país voltou a experimentar um período de instabilidade política que ganhou características militares¹². Das causas desse conflito, a Renamo exigia de entre outros aspectos, uma maior representação nas forças armadas e a revisão do sistema eleitoral - questões anteriormente discutidas no AGP¹³. Este conflito levou ao início de um ciclo de diálogo político entre o Governo e a Renamo, que culminou com a assinatura do Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares (ACHM), em Setembro de 2014, pelo então Presidente da República Armando Guebuza e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, o que criou condições e garantias em termos de estabilidade política para a viabilização das eleições gerais do Outubro de 2014¹⁴.

Após a realização das eleições, que deram vitória ao partido Frelimo e ao seu candidato à presidência Filipe Nyusi, Moçambique voltou a entrar num novo ciclo de tensão pós-eleitoral,

⁹ VAN DE WALLE, Nicolas. *Op. cit.* p. 245, nota 5.

¹⁰ Ver Messari (2006); Bekoe (2008). *Op. cit.* nota 2.

¹¹ Ver Geffray (1990); Young & Hall (1997); Cabrita (2000); Cahen (2002); Morier-Genoud, Cahen e Rosário (2018); Forquilha & Pereira (2020).

¹² Há alguma imprecisão quanto ao ano de início de ataques armados perpetrados pela Renamo em algumas províncias da zona centro do país. O artigo publicado pelo IMD - Junta Militar: Contexto, reivindicações e perspectivas-2021, apresenta o ano de 2013 contrastando com outras fontes que referem o ano de 2009, após a divulgação dos resultados eleitorais, e outras que apontam finais de 2012, em WEIMER & BUENO. Paz e Reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajectória, Maputo: IESE, 2020.

¹³ OLIVEIRA, *Op. cit.* p. 1, nota 3.

¹⁴ Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD). *Junta Militar: Contexto, reivindicações e perspectivas*, Maputo, mar. 2021. p. 4. Disponível em: <<https://www.imd.org.mz/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

quando a Renamo contestou os resultados citando irregularidades, manipulação e fraude por parte do Governo. E por considerar que as eleições não foram livres, justas e transparentes, a Renamo exigiu como condição para a paz a criação, sem pré-condições, do que designou, numa primeira fase, por “regiões autónomas” e, mais tarde, “autarquias provinciais” nas províncias em que teve a maioria dos votos, nomeadamente: Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Niassa. Todavia, essa proposta foi rejeitada pela Assembleia da República (AR), alegando inconstitucionalidade ¹⁵.

Insatisfeito com a decisão do parlamento, Afonso Dhlakama alertou durante um comício em Chimoio, a capital da província de Manica, que a reprovação da proposta de lei das “províncias autónomas” tornaria o país “ingovernável”, e mostrou-se indiferente a uma renegociação com o Governo. Com efeito, a Renamo voltou às matas e continuou a perpetrar os ataques que foram se alastrando para as províncias da Zambézia, Sofala, Manica, afectando praticamente toda a região centro do país¹⁶.

Somente em 2017, num diálogo directo entre as duas lideranças (Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama), foram alcançados resultados concretos, com o anúncio das tréguas militares como condição primordial para dar continuidade às negociações em dois pontos: o processo de descentralização e processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)¹⁷. No entanto, durante uma fase crucial das negociações para a paz e estabilidade político-militar, o processo sofreu um revês, em consequência da morte do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em Maio de 2018¹⁸. Com a indicação de Ossufo Momade para liderar interinamente o partido Renamo, foi assinado um Memorando de Entendimento (MdE) sobre assuntos militares em Agosto de 2018, que definiu o roteiro do DDR e o enquadramento de parte dessas forças na estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e nas unidades da Polícia da República de Moçambique (PRM)¹⁹.

Apesar do abalo e da estagnação do processo de DDR devido à morte de Dhlakama, e à contestação interna da Renamo, houve esforços por parte do Governo e da nova liderança da Renamo na implementação dos compromissos de DDR, culminando na assinatura do Acordo

¹⁵ CHICHAVA, Sérgio, et. al., (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2015. p. 15.

¹⁶ CATUEIRA, André. Reprovação de províncias autónomas torna Moçambique ingovernável. Maputo: Savana, 27 mar. 2015. Disponível em: <<https://macua.blogs.com/files/savana-1107.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.imd.org.mz/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

¹⁸ IMD. *Op. cit.* p. 5, nota 14.

¹⁹ Lei n.º 11/2019 de 12 de Setembro – Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em Maputo, a 6 de Agosto de 2019.

de Paz e Reconciliação Nacional, doravante Acordo de Maputo, no dia 6 de Agosto de 2019 pelo Presidente da República, Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Ossufo Momade²⁰. Esse acordo abriu caminho para as eleições de Outubro de 2019 e o início do DDR, num ambiente relativamente pacífico²¹.

O Acordo de Maputo é o terceiro de uma série de acordos assinados²². Entretanto, há que notar que o retorno ao conflito e assinatura de sucessivos acordos de paz podem ser descritos como uma herança do Acordo de Paz de Roma, pois se este garantiu o fim do conflito armado, não criou condições para uma real democratização do país, nem uma reconciliação nacional efectiva. Actualmente, não há consenso sobre as regras do jogo político e os diferentes pleitos eleitorais mostraram a impossibilidade de alternância política através de eleições. Daí que o recurso à violência reflecte a incapacidade dos protagonistas em construir consensualmente as regras da convivência democrática²³. Por outro lado, a consolidação da paz está intimamente ligada a problemas de completo desarmamento, desmobilização e subsequente reintegração sócio-económica de ex-combatentes da Renamo²⁴.

Isto porque, inicialmente, o processo de DDR foi concebido para garantir a estabilidade necessária à implementação do AGP e fazer com que os desmobilizados deixassem de constituir um “grupo especial”. As respostas aos seus problemas subsequentes seriam encontradas através de políticas conducentes à promoção económica e criação de postos de trabalho. Mas, passados muitos anos, muitas destas premissas foram seriamente questionadas pela Renamo²⁵. Enquanto que, por um lado, os responsáveis pela concepção e execução de DDR – Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), assim como o Governo moçambicano, afirmaram que a reintegração dos desmobilizados no período entre 1992 e 1994 foi conseguida, os beneficiários, particularmente da Renamo, consideraram que os

²⁰ Ver Kingma (2020); IMD. *Op. cit.* p. 6, nota 14.

²¹ Com excepção dos ataques que vinham sendo perpetrados pela Junta Militar, liderada pelo já falecido Mariano Nhongo – um movimento de membros dissidentes da Renamo.

²² WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália. Paz e Reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajectória Natália. In: FORQUILHA, Salvador, et al. (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2020. p. 65.

²³ DE BRITO *Op. cit.* p. 23, nota 3.

²⁴ REPELL, Lisa; ROZEN, Jonathan; DE CARVALHO, Gustavo. Plano para a Paz: Lições do processo de consolidação da paz em Moçambique. *Instituto de Estudos de Segurança*. nº 291, p. 6/jun. 2016.

²⁵ MALACHE, Adriano Manuel. Utilização e desenvolvimento de recursos humanos nos programas de desmobilização e reintegração: formas de sobrevivência e expectativas de combatentes desmobilizados no distrito de Boane. Maputo, 1997, 3 p. Monografia (Licenciatura em História) - Faculdade de Letras, UEM, Maputo.

programas pouco fizeram para igualá-los aos restantes grupos sociais e que as suas reclamações nunca eram tomadas em consideração²⁶.

Essa questão ressurgiu durante as eleições autárquicas de 2003 e as eleições gerais de 2004. A Renamo propôs a concessão de pensões aos seus soldados, mas essa medida foi oposta pela Frelimo. Porém, não teve sucesso a longo prazo²⁷. Como resultado, o maior instrumento de pressão que a Renamo parecia possuir para fazer cumprir suas exigências era a capacidade de desestabilizar o país²⁸.

Esta capacidade da Renamo, aliada aos esforços do Governo e de actores externos, criou condições para negociações que resultaram na retomada do processo de DDR visando suprir as lacunas do Acordo de Paz de Roma. O DDR encontrou o enquadramento no Acordo de Maputo e marcou o fim das fases de Desarmamento e Desmobilização com o encerramento da última base militar da Renamo em Vunduzi, província de Sofala. Faltando, até o momento desta pesquisa o início de pagamento das pensões aos beneficiários do processo.

Ainda que o Governo e a Renamo tenham oficialmente concluído as fases de desarmamento e desmobilização do processo de DDR, é importante salientar que isso não garante automaticamente a paz. Além do pagamento formal de pensões, é necessário que os ex-combatentes tenham acesso a oportunidades efectivas e reintegração socio-económica completa na sociedade, para garantir que continuem a ver o processo de paz como o único caminho a seguir, independentemente da vontade dos líderes políticos. No entanto, é crucial destacar que o DDR é apenas um componente de um processo mais amplo de construção da paz, que também inclui questões políticas. Portanto, os signatários devem aprender a gerir os conflitos que possam surgir durante a implementação. Pois, não geridos, esses conflitos podem comprometer o progresso na implementação dos acordos.

Assim, a partir de uma análise da implementação dos acordos de 1992, 2014 e 2019, esta pesquisa pretende demonstrar os principais avanços e retrocessos na consolidação da paz, caracterizados por múltiplos acordos assinados e episódios de violência recorrente. Da mesma forma que, busca-se analisar em que medida a implementação efectiva do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos ex-combatentes da Renamo contribui para a consolidação da paz e democracia em Moçambique.

²⁶ Ibid. p. 3.

²⁷ VINES, Alex. As perspectivas de um acordo sustentável entre as elites em Moçambique: à terceira é de vez? *Chatham House, The Royal Institute of International Affairs*. 2019. p. 6.

²⁸ MALACHE. *Op. cit.* nota 25.

Neste âmbito, tendo em conta a discussão levantada, foi definida a seguinte pergunta de partida:

- *Em que medida a implementação do Acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) influencia para uma paz definitiva em Moçambique?*

2. Objectivos do Estudo

Para esta pesquisa, foram desenvolvidos os seguintes objectivos gerais e específicos:

2.1. Objectivo Geral

- Analisar os avanços e recuos na implementação do acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

2.2. Objectivos Específicos

- Demonstrar os principais avanços e recuos na consolidação da paz em Moçambique;
- Examinar de forma comparada as disposições dos acordos de paz assinados;
- Identificar os desafios à implementação efectiva dos acordos de paz em Moçambique.

3. Hipótese

Para os efeitos do presente estudo, foi levantada a seguinte hipótese:

- Um maior compromisso do Governo e da Renamo em relação ao acordo sobre processo de DDR pode contribuir para a consolidação da paz e democracia em Moçambique.

Entende-se que esse compromisso não se limita apenas à assinatura do acordo, seguido de colecta de armas, dispensa formal de ex-combatentes e atribuição de subsídios e pensões, mas também inclui o desafio de garantir a reintegração completa dos desmobilizados, a fim de evitar que qualquer membro recorra novamente às armas como forma de pressionar o Governo, como aconteceu após Acordo de Paz de Roma.

4. Justificativa

Esta pesquisa pretende ser uma contribuição oportuna no campo de investigação sobre os desafios da paz e reconciliação em Moçambique. A escolha do tema deve-se ao facto de ser crucial estudar a configuração do processo de paz como condição *sine qua non* à consolidação democrática. Igualmente, este trabalho enquadra-se num conjunto de reflexões que a sociedade civil em geral e a academia em particular vêm desenvolvendo visando a manutenção da paz e reconciliação nacional.

Das razões de ordem teórica, a pesquisa torna-se bastante relevante na medida em que pretende, não apenas captar as percepções levantadas pelos especialistas em gestão de conflitos, mas também, contribuir para o levantamento de hipóteses com objectivo de perceber a dinâmica e envolvimento de novos actores no processo da paz. Em termos práticos, a temática possibilita compreender de forma mais profunda as condições sobre as quais a implementação do acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) deve ser conduzida e oferece orientações de como superar os obstáculos que o caracteriza no período pós-conflito.

A pesquisa abrange o período entre 1992 e 2019, dois marcos históricos na evolução política de Moçambique que reflectem a criação de condições objectivas para um ambiente de paz e segurança nacional. O primeiro, pelo facto de ter sido no ano de 1992, que o país demonstrou esforço na busca da paz com assinatura do Acordo de Paz de Roma. Este acordo, garantiu uma assinalável estabilidade política de quase vinte anos e permitiu a realização das três eleições gerais (1994, 1999 e 2004) e duas eleições municipais (1998 e 2003), sem retornar à violência armada.

Segundo, tem-se o ano de 2019 marcado pela assinatura do Acordo de Maputo, que retoma, entre outras questões, o desarmamento e desmobilização total da Renamo, a subsequente reintegração socio-económica e enquadramento nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e na Polícia da República de Moçambique (PRM). Em comparação com o Acordo Geral de Paz, este último, eliminou a capacidade militar da Renamo. Portanto, assume-se que este período é relevante, uma vez que podemos obter uma compressão mais aprofundada dos desafios socio-políticos e progressos realizados ao longo desses anos.

CAPÍTULO II – Estado da Arte sobre os Acordos de Paz e Reconciliação Nacional

Grande parte da pesquisa sobre resolução de conflitos armados concentrou-se nas condições para fazer com que as partes envolvidas em um conflito assinem um acordo de paz. Menos atenção tem sido dada ao que acontece a seguir²⁹. Este capítulo, dedica-se à apresentação da revisão da literatura disponível sobre o processo de implementação dos acordos de paz e reconciliação nacional, numa primeira fase abordando os factores que moldam a implementação do acordo de paz, bem como reflectir do ponto de vista político, os motivos ou alguma intuição humana que conduza ao fracasso dos acordos de paz desde o contexto internacional ao nível doméstico.

2.1. Por que os acordos de paz fracassam?

A perspectiva ou a ausência da paz é um problema debatido desde a antiguidade. Todavia, apesar dos longos debates e reflexões, a sociedade contemporânea ainda não alcançou a tão sonhada paz, estado de paz ou, para usar uma expressão universalizada por Kant - a paz perpétua³⁰. Mesmo que não haja uma retomada em grande escala da guerra, a violência, a insegurança e a instabilidade ainda permeiam muitas sociedades pós-guerra. Um exemplo disso foi o chamado *breve século XX* - um período histórico caracterizado por intensos conflitos armados e uma constante ausência da paz. Apesar do avanço da técnica-ciência e das artes, o período foi assolado por um ambiente de guerras - algumas delas não declaradas, como é o caso da Guerra Fria e negociações não bem-sucedidas para o alcance da paz³¹.

Dentro do debate sobre a paz, emerge um tema de suma importância: os acordos de paz. Acordos, que por razões diversas, diminuem, trazem algum nível de trégua ou, até de forma mais radical, colocam fim a um conflito militar, socio-cultural ou de outra natureza. Entretanto, o que deve ser destacado é que a humanidade tem um longo histórico dos acordos de paz que fracassam, são abandonados ou desfeitos³².

Em virtude disso, há um crescente interesse académico dedicado ao estudo sobre o processo dos acordos de paz como principais instrumentos capazes de estancar ou acabar com conflitos armados, especialmente guerras civis. A razão para esse desenvolvimento é porque, como

²⁹ RETTBERG, Angelika; DUPONT BERNAL, Federico. Peace Agreement Implementation (PAI): What Matters? A Review of the Literature. *Colombia Internacional*, n. 113, 2023. p. 206.

³⁰ SANTOS, Iveraldo; POZZOLI, Lafayette; SIQUEIRA, G. *Por que os Acordos de Paz Fracassam?* Um diálogo entre Santo Agostinho e Norberto Bobbio. RJLB, nº 5. 2019. p. 804.

³¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 2.

³² SANTOS, I.; POZZOLI, L.; SIQUEIRA, G. *Op. cit.* p. 806, nota 15.

Badran, Mattes e Savun³³ observam, ao assinar um acordo de paz, os beligerantes declaram que estão dispostos a dar uma chance à paz. No entanto, alguns acordos de paz e de forma particular para fins desta pesquisa, intra-estatais³⁴, desmoronam em meses, enquanto outros duram anos e outros ainda parecem durar indefinidamente. Os acordos de paz no Zimbábue (1980) e Moçambique (1992), por exemplo, conseguiram encerrar as guerras civis. Já no Sudão (1972), Libéria (1989 - 1996), Somália (1990), duas vezes em Angola (1991 e 1994) e Ruanda (1993), os acordos de paz não conseguiram acabar com a violência e os conflitos armados, resultando na reversão para a guerra e suas consequências desastrosas³⁵.

O fracasso em fazer com que as partes em conflito cumpram seus acordos de paz não apenas reiniciou os conflitos armados, mas também aumentou a violência. O colapso dos Acordos de Arusha de 1994 em Ruanda levou a um genocídio de cerca de 800.000 pessoas, aproximadamente cinquenta vezes mais mortes do que as ocorridas na guerra civil de 1990-1993. Na Libéria, a guerra durou oito anos e matou 150.000 pessoas porque vários acordos de paz falharam em acabar com a guerra civil³⁶.

Neste contexto, uma das afirmações comumente reconhecidas no mundo pós-Guerra Fria é a diminuição do risco de conflitos armados entre grandes potências, ao mesmo tempo em que se verifica um aumento no número total de conflitos armados, em especial, aqueles de carácter intra-estatal. Constata-se, ainda, um aumento significativo na proporção do número de mortes de civis relacionadas a guerras, passando de uma média de 50% desde o Século XVIII, para 73%, na década 1970, até se aproximar dos 90%, em 1990³⁷.

Aliado a isto, entre 1990 e 2018, mais de 1.700 acordos de paz foram assinados em mais de 200 processos de paz, e apenas 4% desses acordos listados na plataforma da *Peace Agreements Database and Access Tool (PA-X 2019)*, abordam conflitos interestaduais³⁸.

³³ MATTES, Michaela; SAVUN, Burcu. Fostering peace after civil war: Commitment problems and agreement design. *International Studies Quarterly*, v. 53 (3), 2009. p. 737.

³⁴ Os chamados conflitos intra-estatais são aqueles que reúnem forças governamentais enfrentando rebeldes e opositores do Estado. Ao contrário de inter-estatais, estes, desencadeiam situações bélicas entre dois ou mais Estados. Disponível em: <<https://cursinhoparamedicina.com.br/blog/historia/o-que-sao-conflitos-interestatais/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

³⁵ MUTWOL, Julius. *Peace Agreements and Civil Wars in Africa: Insurgent Motivations, State Responses, and Third-Party Peacemaking in Liberia, Rwanda, and Sierra Leone*. Amherst, NY, Cambria Press, 2009.

³⁶ Ver Stedman (2001); Murshed & Verwimp (2011); Klay kieh (2011).

³⁷ FETHERSTON, Anne Betts. *Towards a theory of United Nations peacekeeping*. Springer. 1994. p. 20.

³⁸ PA-X. (2017). Disponível em: <http://www.peaceagreements.org>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

Como Ramzi Badran³⁹ corrobora, em todo mundo houve cinco vezes mais acordos de paz intra-estatais nas duas décadas que se seguiram à Guerra Fria do que durante toda Guerra Fria. Pesquisas feitas por Peter Wallensteen⁴⁰, afirmam que desde o fim da Guerra Fria, houve mais acordos de paz do que em qualquer período após o término da Segunda Guerra Mundial. Muitos desses acordos reduziram a violência armada com sucesso e transformaram os conflitos em relações mais construtivas entre Estados, povos e grupos; enquanto outros falharam completamente e permaneceram como “assinaturas no papel” sem nenhum efeito na vida de seres humanos expostos aos perigos da guerra.

Contrariamente a isto, Maxwell⁴¹ afirma que alguns analistas consideram que o número ou a intensidade dos conflitos intra-estatais não aumentou dramaticamente na década de 1990. Esta é uma tendência que vem desde os anos 60 e o que se observa, no pós-Guerra Fria, é um crescimento sem precedentes do interesse acadêmico sobre o tema, impulsionado pela preponderância dos conflitos intra-estatais sobre os conflitos inter-estatais a partir da década de 1990 e, o lugar onde aqueles passaram, também, a ocorrer. De facto, enquanto a maioria dos conflitos intra-estatais afligia, primordialmente, Estados da África-subsaariana, o interesse nos mesmos era pequeno, se compararmos com a Europa e América.

Assim sendo, na análise da literatura sobre a implementação dos acordos de paz, Jolicoeur e Hampson⁴², examinam as razões para o sucesso e o fracasso dos acordos de paz. Dentre vários motivos, os autores propõem três razões constantes. Primeiro, os acordos de paz podem ser desfeitos porque as partes em conflito simplesmente chegam à conclusão de que não é mais do seu interesse cumprir os acordos que negociaram. Em segundo lugar, as medidas de construção de confiança são os principais determinantes dos resultados dos acordos de paz. Em terceiro, há a centralidade de terceiros que podem oferecer “cenouras” ou “empunhar varas” para garantir que o processo não descarrile.

³⁹ BADRAN, Ramzi. Intrastate peace agreements and the durability of peace. *Conflict Management and Peace Science*, v. 31(2), 2014. p. 2.

⁴⁰ WALLENSTEEN, Peter. Understanding Conflict Resolution. *In: The problem and how to approach it*. Singapore: Sage, 2011. p. 3.

⁴¹ Ver Maxwell e Stephen R. David (1997). As Operações de Paz no Pós-Guerra Fria: Multidimensionalismo e Construção de Estados. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9540/9540_5.PDF>. Acesso em: 11 jan. 2023.

⁴² JOLICOEUR, Pierre; HAMPSON, Fen Osler. Nurturing peace: Why peace settlements succeed or fail. *Washington, D.C., United States: Institute of Peace Press*, 1996. pp. 11-12.

Na mesma lógica, Stephen Stedman em seu artigo⁴³, faz uma análise das principais causas do fracasso dos acordos de paz para ajudar a acabar com as guerras civis. Stedman, foi pioneiro no conceito de *spoilers* em processos de paz, referindo-se a líderes, partidos, grupos ou eventos que acreditam que a paz emergente das negociações ameaça seu poder e usam a violência para minar as tentativas de alcançá-la. Alguns exemplos de spoilers destacam-se grupos terroristas, a intervenção de actores externos com interesses próprios, falta de compromisso das partes envolvidas, entre outros.

Por sua vez, Derouen Jr, Bercovitch e Wei⁴⁴, referem que os acordos de paz negociados podem ser desfeitos como resultado de falta de confiança, avaliação errónea do governo sobre as capacidades dos rebeldes e temores dos rebeldes quanto ao compromisso do governo. A violência retorna na fase de implementação do acordo quando os incentivos para a violência estão presentes, as queixas das pessoas não são atendidas, os compromissos dos signatários não são atendidos, as violações dos direitos humanos continuam e os ex-combatentes não recebem meios de subsistência sustentáveis nem apoio social e psicológico⁴⁵.

Ou ainda, como avança Anurug Chakma⁴⁶, o fracasso dos acordos de paz decorre de termos defeituosos de acordos, problemas de compromisso com a reintegração socio-económica, reforma superficial do sector de segurança, concepção exclusiva de acordos, falta de justiça transicional, regimes políticos autoritários ou ausência de intervenções de terceiros. Portanto, isso implica que a implementação de acordos de paz é uma questão multidimensional que depende fortemente de salvaguardas embutidas e capacidade do Estado de manter a paz.

A este grupo de estudos pode-se igualmente fazer menção aos trabalhos da Duffy Toft⁴⁷, argumenta que a paz sustentável pós-conflito permanece ilusória se os ex-combatentes não forem devidamente reintegrados em suas sociedades. Como aconteceu no Delta do Níger (Nigéria), que a falha na implementação do DDR, reforçou a insegurança na vida dos cidadãos.

⁴³ STEDMAN, Stephen John. Spoiler problems in peace processes. *International Security*, 22 (2), 1997. p. 5.

⁴⁴ DEROUEN JR, Karl; BERCOVITCH, Jacob; WEI, Jun. Duration of peace and recurring civil wars in Southeast Asia and the Pacific, *Civil Wars*, v. 11, nº 32, 2009. p. 103.

⁴⁵ AGHEDO, Iro. Winning the war, losing the peace: Amnesty and the challenges of post-conflict peace-building in the Niger Delta, *Nigeria. Journal of Asian and African Studies*, v. 48, nº 3, 2013. p. 267.

⁴⁶ CHAKMA, Anurug. What Determines the Implementation of Civil War Peace Agreements? *E-International Relations*: ISSN, 2020. p. 4.

⁴⁷ TOFT, Monica Duffy. Securing the peace: the durable settlement of civil wars. *New Jersey: Princeton University Press*, 2009. p. 1279.

Finalmente, salvo algumas exceções, os recursos naturais (água, petróleo, minerais, etc), estão fortemente ligados ao início, duração e recorrência de conflitos armados. Esses recursos frequentemente representam uma importante fonte de renda e poder. No entanto, mesmo após o término formal de um conflito armado, os recursos naturais podem servir de “móvil” para uma recaída em um conflito. Às vezes, isso ocorre quando são desencadeadas disputas entre as comunidades locais e o governo sobre a alocação de recursos naturais ou a distribuição de seus benefícios⁴⁸.

Da mesma forma que o acesso a recursos naturais por grupos armados pode ser uma fonte para o financiamento de conflitos. O conflito armado de 2003 na República Democrática do Congo, por exemplo, foi financiado principalmente por meio da exploração ilícita e contrabando de estanho, tântalo e ouro, enquanto diamantes e ouro estão entre as principais fontes de receita de grupos armados que operam na República Centro-Africana desde 2012⁴⁹. Por estas razões, é da maior importância, tanto do ponto de vista da segurança como do desenvolvimento, abordar os arranjos de recursos naturais como parte integrante do processo dos acordos de paz.

Como se pode verificar, a relativa ausência de divergência na literatura internacional sobre os factores que levam ao fracasso dos acordos assinados, leva-nos, de um modo geral, acreditar que assinatura de um acordo de paz por si só não basta, o período, imediatamente após a assinatura é sem dúvida o momento de maior incerteza e perigo. É também o momento em que a maioria dos acordos de paz falha.

Não obstante, apesar do recente aumento no número de acordos de paz, ainda sabemos muito pouco cientificamente sobre como, quando e por que os acordos de paz têm efeitos adversos. Ademais, embora a literatura mostre que o fracasso na implementação de um acordo de paz se deve a vários factores mencionados acima, para evitar que os acordos de paz falhem, as partes em conflito devem estar totalmente comprometidas com o processo de paz, tanto em palavras quanto em acções.

⁴⁸ DAM-DE JONG, Daniëlla. Building a sustainable peace: How peace processes shape and are shaped by the international legal framework for the governance of natural resources. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, v. 29, n. 1. 2020. p. 1.

⁴⁹ Ibid. p. 2.

2.2. Determinantes de uma implementação bem-sucedida

Se por um lado, há efectivamente um grupo de estudos que menciona as condições que levam ao fracasso dos acordos de paz, por outro lado, também há estudiosos que descrevem uma ampla gama de determinantes para estabilidade da paz pós-conflito armado. Uma das disposições mais estudadas para uma implementação bem-sucedida de um acordo de paz é a reforma política e militar, que se apresenta em várias formas, dependendo do contexto e conteúdo do acordo.

Os desafios de implementação mais documentados são os acordos de partilha de poder e a participação política de ex-combatentes nas eleições transitórias. De acordo com Joshi e Quinn⁵⁰, citando uma pesquisa realizada por Lyons e Söderberg, desde 1989 até 2015, as guerras civis foram menos prováveis de ocorrer nos casos em que foram alcançados níveis mais altos de democratização após acordos de paz. Cerca de 76% dos acordos de paz contêm disposições para a reforma eleitoral, destinadas a tornar o sistema eleitoral mais representativo. Adicionalmente, 55% incluem reformas constitucionais e 50% incluem arranjos de partilha de poder político.

Essas disposições visam criar um cenário político mais responsável, politicamente aberto, inclusivo e representativo que apoie a transformação de grupos armados em partidos políticos legítimos. Além disso, a construção de partidos políticos eficazes aumenta a probabilidade de desmobilização, pois os grupos armados percebem que podem proteger seus interesses por meios políticos em vez de militares, resultando em uma estratégia para alcançar uma paz duradoura e sustentável⁵¹.

Para Lounsbury e Derouen Jr⁵², todos os acordos de paz são diferentes pela sua natureza, mandato e desenho. Em média, os acordos de paz da guerra civil contêm sete aspectos estruturais e seis disposições processuais relacionadas com a reforma política, justiça transicional, reforma do sector de segurança, reforma judicial, protecção dos direitos humanos, reabilitação de pessoas deslocadas e envolvimento de terceiros nas negociações e implementação.

⁵⁰ JOSHI, Madhav; QUINN, Jason Michael. Implementing the peace: The Aggregate Implementation of Comprehensive Peace Agreements and Peace Duration after Intrastate Armed Conflict. *British Journal of Political Science*, v. 47, n. 4, 2017. p. 869.

⁵¹ Ver Stedman. *Op. cit.* nota 36; Lyons (2016).

⁵² LOUNSBURY, Marie Olson; DEROUEN JR, Karl. The roles of design and third parties on civil war peace agreement outcomes, *Peace & Change*, v. 43, n° 2, 2018. p. 139.

A par disso, Hoddie e Hartzell⁵³, afirmam que o sucesso de um acordo de paz está directamente relacionado com a inclusão de cláusulas de partilha do poder político, territorial e militar. Ao mesmo tempo que, Cederman, L. Erik. et al⁵⁴., defendem que a partilha de poder em combinação com a descentralização e a autonomia territorial em nível nacional são condições necessárias para alcançar acordos de paz duradouros.

Todavia, essa conclusão é contestada por Derouen Jr, Lea, e Wallenstein⁵⁵, que argumentam que concessões políticas menos dispendiosas, como integração militar e autonomia territorial, levam os acordos de paz mais duradouros, enquanto a partilha do poder político não tem um impacto estatisticamente significativo.

Acrescente-se que a partilha do poder tem sido associada a problemas significativos, como o acesso político ao Estado por parte de indivíduos e grupos que cometeram violações de direitos humanos durante o conflito armado, o que pode limitar os mecanismos de reconciliação⁵⁶. Nesse sentido, Jarstad e Nilsson⁵⁷, asseguram que a partilha do poder político não tem efeito sobre a paz duradoura, sendo apenas as provisões territoriais e militares capazes de reduzir o risco de conflitos recorrentes, uma vez que estes acarretam custos elevados para todas as partes envolvidas.

Estima-se que 158 acordos de paz entre 1990 e 2016 incluíram provisões de partilha do poder territorial na forma de autonomia. Acredita-se que a partilha de poder territorial pode prolongar a paz na fase pós-acordo⁵⁸. Todavia, Glassmyer e Sambanis⁵⁹ explicam que os acordos de integração militar mal estruturados e incompletos estão principalmente associados a falhas na consolidação da paz.

Embora seja verdade que as estratégias de resolução de conflitos que envolvem partilha do poder político, territorial e militar levam as partes a ceder posições em cumprimento dos

⁵³ HODDIE, Matthew; HARTZELL, Caroline. Civil war settlements and the implementation of military power-sharing arrangements, *Journal of Peace Research*, v. 40, nº 3, 2003. pp. 303.

⁵⁴ CEDERMAN, Lars-Erik. et al. Territorial Autonomy in the Shadow of Conflict: Too little, too late? *American Political Science Review*, 2015. p. 355.

⁵⁵ DEROUEN JR, Karl; LEA, Jenna; WALLENSTEEN, Peter. The duration of civil war peace agreements. *Conflict Management and Peace Science*, v. 26 (4), 2009. p. 368.

⁵⁶ VANDEGINSTE, Stef; SRIRAM, Chandra Lekha. Power Sharing and Transitional Justice: a clash of paradigms? *Global Governance*, v. 17, nº 4, 2011. p. 500.

⁵⁷ JARSTAD, Anna K.; NILSSON, Desirée. From words to deeds: The Implementation of Power-Sharing Pacts in Peace Accords: *Conflict Management and Peace Science*, v. 25, nº 3, 2008.

⁵⁸ WISE, Laura. Setting aside the “others”: Exclusion amid inclusion of non-dominant minorities in peace agreements. *Nationalism and Ethnic Politics*, v. 24, nº 3, 2018.

⁵⁹ GLASSMYER, Katherine; SAMBANIS, Nicholas. Rebel - military integration and civil war termination, *Journal of Peace Research*, v. 45, nº 3, 2008.

acordos de paz, também não é menos verdade que vários acordos que prometiam a partilha de poder não trouxeram a paz. E alguns países permanecem pacíficos sem disposições de partilha de poder. Por exemplo, apesar das promessas de participação no governo, o leste da República Democrática do Congo continuou “volátil” durante o período de transição; o acordo de 2001 de uma presidência rotativa nas Comores foi violado em Maio de 2007, quando partidários do presidente da ilha de Anjouan entraram em confronto com as autoridades numa tentativa de permanecer no poder⁶⁰.

Portanto, estes resultados colocam em dúvida a relação entre a presença de estratégias inclusivas no acordo de paz e a conquista da paz. De facto, Tull e Mehler afirmam que a partilha de poder tem resultados efectivamente mistos⁶¹. Assim, há uma necessidade de examinar com mais cuidado a noção amplamente aceite de partilha de poder no ambiente pós-conflito.

Numa outra vertente, Thania Paffenholz⁶² e McGregor⁶³ descobriram que a durabilidade dos acordos de paz depende de um apoio mais amplo por parte de intervenção de terceiros, especialmente actores internacionais e sociedade civil, composta por organizações e grupos voluntários, como instituições religiosas, organizações de mulheres e defensores dos direitos humanos.

Num argumento relacionado, Hampson⁶⁴, afirma que o envolvimento de terceiros é crucial para um processo de paz bem-sucedido, fornecendo apoio através de ampla participação na implementação do acordo. Especificamente, Hampson mencionou o envolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em actividades como desmobilização, reforma política e monitoramento eleitoral.

Como Dorina Bekoe descreve, as Nações Unidas (NU) lideram as forças de manutenção da paz desde 1948, intensificando o seu papel após a Guerra Fria. Até Outubro de 2019, a ONU havia lançado 70 operações de manutenção da paz. Entres essas operações, estava a

⁶⁰ BEKOE. *Op. cit.* p. 4, nota 2.

⁶¹ TULL, Denis M; MEHLER, Andreas. The Hidden Costs of Power-Sharing: Reproducing Insurgent Violence in Africa, *African Affairs*, v. 104, n. 416, 2005. p. 375.

⁶² PAFFENHOLZ, Thania. Civil society and peace negotiations: beyond the inclusion - exclusion dichotomy, *Negotiation Journal*, v. 30, n° 1, 2014. p. 69.

⁶³ MCGREGOR, Lorna. Beyond the time and space of peace talks: Re-appropriating the peace process in Sri Lanka. *International Journal of Peace Studies*, v. 11, n° 1. 2006.

⁶⁴ JOLICOEUR & HAMPSON, *Op. cit.* p. 15, nota 42.

ONUMOZ, estabelecida em Dezembro de 1992 para monitorar a implementação do AGP⁶⁵. Além disso, o período pós-acordo começou a ganhar maior importância com a publicação de uma agenda para a paz: *Diplomacia Preventiva, Pacificação e Manutenção da Paz* (1992) pelo então Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, com foco no uso das organizações da comunidade internacional para investir no desenvolvimento económico, democracia, desarmamento e desmobilização⁶⁶.

Os argumentos de Paffenholze, McGregor e Hampson, mencionados acima, coincidem com explicações concorrentes para Moçambique, conforme descrito por Bekoe, e dividem-se em duas categorias principais: o contexto internacional e o papel desempenhado pela ONUMOZ. Na primeira categoria, a análise é feita tendo em conta o período e o contexto em que o conflito armado decorria. A autora faz referência a que os defensores desse argumento sugerem que os recursos internos e externos limitados, juntamente com o apoio à guerra civil em Moçambique na época, contribuíram para o fim do conflito.

No essencial, essa linha de raciocínio centra-se na falta de apoio regional e internacional para a continuação da guerra civil, e em particular da Renamo. A África do Sul, principal apoiante da Renamo, interrompeu o seu apoio após o desmantelamento do apartheid. Por sua vez, os Estados Unidos também cortaram a assistência após a publicação do *Relatório Gersony*, que detalhava as atrocidades cometidas pela Renamo. Consequentemente, a Renamo parecia ter pouca escolha⁶⁷.

Na segunda categoria, é dada especial atenção às NU como tendo desempenhado um papel central ao contribuir com um grande número de tropas de paz e recursos financeiros para gerir a desmobilização e as eleições em Moçambique. Barbara Walter⁶⁸, em particular, escreve que a presença de uma grande força da ONU no país representou um compromisso credível de que as disposições do AGP seriam garantidas.

Todavia, embora a pressão internacional possa levar uma parte a iniciar negociações ou assinar um acordo de paz, isso não significa necessariamente que essa parte consiga superar a insegurança associada ao desarmamento em troca de assinar um acordo de paz e cumpri-lo. Portanto, este argumento é questionável quando ignora especificamente as mudanças internas

⁶⁵ Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/unpeacekeeping-operationlist_3_1_0.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

⁶⁶ BEKOE. *Op. cit.* p. 3, nota 2.

⁶⁷ Ver Crocker (1992); Cohen (2000) e Bekoe (2008).

⁶⁸ WALTER, Barbara F; SYNDER, Jack L (Ed). *Civil Wars, Insecurity, and Intervention*. Columbia University Press, 1999. p. 129.

que podem ter ocorrido e que alteraram os incentivos para continuar com a guerra civil no país.

Outrossim, apesar da crescente aceitação do papel das NU no processo de paz moçambicano, é importante ressaltar que a sua validade universal é contestável. Em apoio a essa afirmação, Walter acredita que, além de uma força de segurança externa, dois factores desempenharam um papel na manutenção da paz após a saída das NU do país em 1994: garantias políticas internas e militares estabelecidas no AGP. Particularmente, ela afirma que as garantias políticas deram à Renamo a confiança de que poderia desafiar o governo, enquanto as garantias militares proporcionaram segurança à Renamo⁶⁹.

Conforme se pode depreender, os estudos feitos com foco em Moçambique trouxeram, de uma forma geral, algumas iniciativas que indicavam a abertura de um espaço para implementação do AGP e seu relativo sucesso, dando ênfase sobretudo, o esgotamento do apoio à Renamo e a intervenção da ONU. Apesar disso, esses estudiosos falham ao não descrever os mecanismos de gestão da não violência pelos quais as partes – o Governo da Frelimo e a Renamo continuaram a negociar entre si, pois os factores que levaram o país à violência armada não foram todos resolvidos durante o período de implementação que se arrasta desde 1992. Um exemplo disso é a partidarização do Estado e a concentração de poderes.

As motivações desses pesquisadores podem ser encontradas no debate sobre o processo de paz e reconciliação nacional, que tem sido associado ao sucesso do Acordo de Paz de Roma, especialmente na pacificação do país por um período relativamente longo, sem disposições de partilha do poder de um governo de unidade nacional ou autonomia territorial – como parte de determinantes de uma implementação bem-sucedida. Além disso, eles exploram a ideia de que a amnistia e os rituais tradicionais desempenharam um papel complementar na pacificação, embora não tenham contribuído efectivamente para reconciliação nacional.

Entretanto, essa narrativa de sucesso desmoronou, diante de uma série de eventos subsequentes que não foram menos cruciais para o seu sucesso a longo prazo. Há também uma preocupação significativa de que o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) não tenha sido priorizado devido à desconfiança entre o Governo e a Renamo em relação as reformas políticas prometidas no âmbito do Acordo.

⁶⁹ Ibid. p. 130.

Em suma, a literatura dos estudos empíricos sobre o processo de implementação dos acordos de paz pode ser segmentada em dois grandes grupos, no primeiro identificam-se estudos que examinam os factores mais relevantes por detrás do fracasso dos acordos e as probabilidades de retorno à violência armada; no segundo, a caracterização dos principais determinantes de uma implementação bem-sucedida para uma paz duradoura e sustentável.

Apesar da existência de muitos estudos e visões polarizadas que se debruçam sobre a implementação dos acordos de paz, é possível afirmar que o sucesso do processo de paz não está na assinatura de um acordo, mas sim no cumprimento do mesmo. Ademais, mesmo as pesquisas que mostram que a institucionalização de disposições territoriais ou militares resulta em assentamentos mais estáveis não dão indicações de como as partes chegaram a esse estado. E a maior parte das disposições dos acordos de paz discutidas na literatura não tem sido implementada de forma efectiva nos acordos assinados em Moçambique.

Assim como, podemos afirmar seguramente que a implementação dos acordos representa um momento em que as partes enfrentam uma escolha entre duas estratégias arquetípicas: aceitar o acordo e adoptar estratégias políticas, muitas vezes eleitorais, ou descumprir o acordo e recorrer à violência armada. A implementação bem-sucedida, portanto, é um processo contínuo e flexível de criação e recriação de disposições para que as partes continuem a perceber os benefícios de manter os acordos e não favorecer estratégias militares⁷⁰.

2.3. Uma visão geral de alguns casos da África Subsaariana: o DDR como parte essencial do processo de paz

As Nações Unidas e a União Europeia (UE) reconhecem o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração como um componente indispensável das operações de construção da paz pós-conflito, devido ao seu papel fundamental na redução da probabilidade de regresso à violência e na transição da guerra para a paz⁷¹.

⁷⁰ LYONS. *Op. cit.* p. 2, nota 51.

⁷¹ CARVALHO, Beatriz Guilherme. *A Construção da Paz à Luz dos Processos de Reforma do Sector de Segurança e de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração: uma análise da intervenção no Afeganistão entre 2001 e 2014.* Uberlândia, 2021. p. 42.

Tabela 1 - Definições de Componentes de DDR

Componente	Definição
Desarmamento	Recolha, documentação, controlo e eliminação de armas ligeiras e pesadas, munições, e explosivos dos combatentes, e frequentemente, também da população civil; seguido de desenvolvimento de programas de gestão responsável de armas.
Desmobilização	Dispensa formal e controlada de combatentes activos das forças armadas ou de outros grupos armados; processamento de combatentes individuais em centros temporários, e concentração de tropas em campos designados para os fins acima mencionados.
Reinserção	Ajuda temporária, material e/ou financeira, de curto prazo para suprir as necessidades imediatas de ex-combatentes e suas famílias. Pode durar até um ano, antes do processo de reintegração de longo prazo; e pode incluir subsídios, alimentação, vestuário, alojamento, serviços médicos, educação de curta duração, treinamento e emprego.
Reintegração	Processo pelo qual os ex-combatentes recuperam o seu estatuto civil e obtêm emprego e renda sustentáveis; é um processo social e económico com um período de tempo aberto, que ocorre principalmente nas comunidades locais, como parte do impulso geral de desenvolvimento nacional na era pós-conflito.

Fonte: Nações Unidas (2006)⁷².

Em África, os programas de DDR foram tipicamente estabelecidos no contexto de processos de paz. Desde o início da década de 1990, a ONU e a UE estiveram envolvidas em mais de 24 processos relacionados com o DDR no continente africano. Alguns foram inovadores e notavelmente bem-sucedidos, como em Serra Leoa, Libéria e Ruanda, enquanto outros, como na República Democrática do Congo (RDC), Sudão e Somália, resultaram em ex-combatentes com dificuldades em obter emprego ou satisfazer suas necessidades para uma transição bem-sucedida para a vida civil⁷³.

O DDR tem como objectivo principal a reintegração socio-económica de ex-combatentes, contribuindo para a paz sustentável, reconciliação da sociedade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo. É essencial que os ex-combatentes se afastem dos papéis e posições desempenhados durante o conflito e se identifiquem como cidadãos e membros das comunidades locais. Isso requer a criação de alternativas políticas, meios de subsistência viáveis e perspectivas socio-económicas⁷⁴.

⁷²https://au.int/sites/default/files/documents/39242-doc-192_social_development_notes_conflict_crime_and_violence.pdf

⁷³ Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/documents/39054-doc-44_second_international_conference_on_drr_in_africa_kinshasa_drc.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

⁷⁴ O DDR também é levado a efeito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e outras instâncias do sistema da ONU, pelo Banco Mundial e por outros intervenientes internacionais – ver publicações da UE, 2006.

Dependendo do contexto, é importante que o foco do processo se desloque gradualmente do combatente para as necessidades da comunidade em geral. A reintegração na vida civil só será sustentável a longo prazo se houver perspectivas económicas sólidas, instituições estatais capazes de fornecer serviços básicos, um quadro jurídico adequado e uma estreita coordenação com a sociedade civil, sobretudo para que os ex-combatentes e seus dependentes encontrem meios de subsistência como alimentação, habitação, educação, emprego ou pensão, e um novo propósito de vida⁷⁵.

As circunstâncias que antecedem o processo de paz e a dinâmica durante as negociações, determinam o escopo, alcance e sequência do processo de DDR. Dependendo dessas situações, podem ser encontrados três cenários diferentes: DDR como resultado de uma paz garantida por um acordo negociado entre as partes em conflito após pressão externa; DDR como resultado de acordos de paz estabelecidos por uma das partes que derrota militarmente as outras; e DDR como resultado de acordos de paz devido à intervenção externa em um impasse mutuamente prejudicial. Neste último caso, a ONU, comumente assume um papel de liderança no processo de DDR após a assinatura de um acordo político. Exemplos incluem Moçambique, Angola, Serra Leoa e Libéria⁷⁶.

➤ **Serra Leoa**

Em contraste com o processo de DDR de 1992 em Moçambique, onde o desarmamento foi consequência da desmobilização dos combatentes, em Serra Leoa, o DDR começou com o desarmamento. A UNAMSIL – Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (1999 - 2005) tinha como objectivo recolher as armas antes que os combatentes entrassem nos centros de acantonamentos para iniciar as fases de desmobilização e reintegração⁷⁷.

Em Dezembro de 2003, após quase quatro anos desde o início, a desmobilização foi concluída com aproximadamente 75.490 ex-combatentes desarmados e desmobilizados pela UNAMSIL. A reintegração era última etapa do processo de DDR, considerada fundamental para a paz em Serra Leoa. Objectivo era facilitar a reinserção e reintegração dos ex-combatentes na vida

⁷⁵ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Projecto de conceito da UE para o apoio ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)*. Bruxelas, 6 de Dezembro de 2006. p. 4.

⁷⁶ OSAA. Overview: DDR processes in Africa – Second International Conference on DDR and Stability in Africa Kinshasa, Democratic Republic of Congo, 12-14 June, 2007. p. 7.

⁷⁷ VALENÇA, Marcelo Mello. Questão da Segurança nas Novas Operações de Paz da ONU: Os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina. Rio de Janeiro: PUC, 2006. p. 132.

política, social e económica civil. Os programas foram abertos também às suas famílias e dependentes como forma de estimular a adesão dos combatentes⁷⁸.

Através da reintegração, buscava-se transformar antigos adversários em parceiros, estimulando posturas colaborativas para impulsionar o desenvolvimento económico e social⁷⁹. Os beneficiários recebiam cuidados médicos, treinamento profissional e ferramentas para exercer uma actividade profissional quando saíssem dos centros. Ao retornar à sociedade, estariam preparados para trabalhar em áreas como carpintaria, mecânica, serralharia, construção civil e agricultura. Além de receberem um valor pela entrega de armas, também recebiam um subsídio durante os seis meses seguintes à sua saída dos centros⁸⁰.

Cerca de 20% dos desmobilizados – aproximadamente 12.000 indivíduos – optaram por ingressar em cursos de educação formal, com as despesas académicas pagas e uma bolsa mensal durante um período pré-determinado, através de contribuições internacionais. O uso de campanhas de informação pública através da Rádio, foi crucial para divulgar os detalhes dos acordos de paz e do exercício de DDR, bem como aumentar a conscientização entre as bases dos grupos rebeldes⁸¹.

A resposta aos programas de DDR foi positiva, com uma reintegração efectiva de quase 55.000 ex-combatentes na sociedade, incluindo crianças-soldado e mulheres, dando-se por encerrada no final de 2005. Apesar desse resultado, os programas de reintegração não foram capazes de oferecer capacitação ou empregos para todos: cerca de 3.500 ex-combatentes, que não puderam participar dos programas, receberam uma pequena quantia em dinheiro e juntaram-se aos desempregados locais, maioritariamente jovens⁸². Ainda assim, O DDR de Serra Leoa é considerado um processo bem-sucedido e um exemplo a ser seguido em operações de manutenção da paz⁸³.

➤ Libéria

A Libéria é também apontada como uma história de sucesso devido aos cursos de treinamento e capacitação oferecidos aos desmobilizados por várias agências e organizações da sociedade

⁷⁸ Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8522/8522_5.PDF>. Acesso em: 24 mai. 2023.

⁷⁹ BAKER, Bruce; MAY, Roy. Reconstructing Sierra Leone. *Commonwealth & Comparative Politics*, v. 42, n. 1, 2004. p. 40.

⁸⁰ VALENÇA. *Op. cit.* p. 141, nota 77.

⁸¹ LAHAI, Bernadette. Parliamentary Oversight: The Sierra Leone Experience and Constraints. In: *workshop to Strengthen Legislatures in Commonwealth West Africa*. 2005. p. 23.

⁸² VALENÇA. *Op. cit.* p. 142, nota 77.

⁸³ United Nations Mission in Sierra Leone. *Public Information - DPI/2412B*. dec, 2005. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unamsil/factsheet1_DDR.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

civil locais. Estes incluíram treino em práticas agrícolas, canalização, confecção de roupas e marcenaria; aulas básicas de matemática e alfabetização. Um inquérito nacional realizado posteriormente revelou que ex-combatentes que passaram por esses programas tiveram mais sucesso na reintegração e na geração de renda⁸⁴.

➤ **República Democrática do Congo (RDC)**

Por outro lado, a implementação do processo de DDR na República Democrática do Congo, encerrado oficialmente em Setembro de 2011, foi considerada pouco bem-sucedida. A complexidade do programa dificultou a desmobilização de todas as milícias e o repatriamento de combatentes estrangeiros. Além disso, a resistência de alguns combatentes de alto escalão em aderir ao processo contribuiu para o fracasso, resultando na persistência de grupos activos, sobretudo na região leste do país⁸⁵.

A falta de adesão ao DDR por parte dos oficiais de alto escalão, é atribuída à insatisfação com os incentivos oferecidos. Alguns programas implementados na RDC não diferenciaram os benefícios de reinserção com base no posto militar, o que leva esses indivíduos a preferirem continuar na guerra⁸⁶. Entretanto, ainda há pouca compressão sobre as razões pelas quais os combatentes de baixo escalão aderem ou resistem ao DDR. Geralmente, a desmobilização é conduzida com base na vontade política dos líderes dos grupos armados durante as negociações de paz. A suposição é que, quando os líderes concordam com a paz, a probabilidade de seus seguidores ou subordinados aderirem é maior⁸⁷.

O processo de DDR na RDC tinha como objectivo desarmar cinco grupos⁸⁸. Uma análise feita por Joanne Richards mostra que o comando e controlo sobre as tropas de baixa patente em todos os cinco grupos armados era forte⁸⁹. Em todos os grupos, as punições por tentativa de

⁸⁴ Harsch (2005) & Pugel (2006).

⁸⁵ OSAA. *Op. cit.* p. 10, nota 76.

⁸⁶ RICHARDS, Joanne. DDR in DRC: The Impact of Command and Control. *Geneva Institute of International and Development Studies*, 2012. p. 1.

⁸⁷ Para que a vontade política chegue até a base, um líder deve possuir um forte comando e controlo sobre suas tropas. Esse comando e controlo pode ser usado para impedir a desmobilização das bases quando falta vontade política em níveis mais altos. Isso foi observado, por exemplo, após os Acordos de Bicesse em Angola. - ver Escola de cultura de pau, 2006. *Analysis of disarmament, demobilization and reintegration (DDR) programmes existing in the world in 2005*.

⁸⁸ Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP); Movimento de Libertação do Congo - Goma (RCD-Goma); Patriotas para a Resistência no Leste de Congo (PARECO); Aliança dos Patriotas para uma República Livre e Soberana (APCLS) e Mai Mai Kifuafula - um grupo armado Congolês - em RICHARDS. *Op. cit.* p. 3, nota 86.

⁸⁹ Comando e Controlo - é o acto de dar ordens, monitorar e influenciar sua execução. Os comandantes militares são o ponto focal do comando e controlo, pois emitem ordens para os subordinados, mas também recebem

adesão ao DDR e deserção eram severas e incluíam prisão, morte e assassinato de familiares. Portanto, entrar no DDR exigia uma oportunidade e não apenas uma motivação para fazê-lo.

Alguns combatentes permaneceram porque a punição era pior do que suportar a falta de alimentação e salário que a vida nos grupos às vezes acarretava. O facto dos incentivos para o DDR terem sido os mesmos para todos os ex-combatentes, independentemente de sua patente anterior, contribuiu muito para pouca adesão ao processo. Mesmo membros da hierarquia militar de escalões inferiores que foram desmobilizados, como sargentos, tenentes e combatentes de base, manifestaram insatisfação por terem sido tratados da mesma forma que os seus ex-subordinados⁹⁰.

➤ Somália

Um outro caso de uma implementação que enfrenta muitas dificuldades é a Somália. Em parte, porque os programas de DDR na Somália estão a ser implementados numa situação de continuidades e rupturas do conflito. Mas também porque os programas de DDR estão focados exclusivamente nos desertores e combatentes do Al - Shabaab, não incluindo outros grupos armados, como milícias e forças de clãs. Isso significa que a paz a longo prazo não pode ser alcançada sem desarmá-los e reintegrá-los⁹¹.

Por outro lado, alguns ex-combatentes, especialmente do Al -Shabab, não querem deixar as instalações do DDR porque sentem-se seguros dentro delas⁹². Logo, a difícil situação de segurança implica que as agências doadoras, principalmente a ONU, tenham acesso físico limitado às instalações, o que dificulta muito a recolha de informação e um financiamento robusto para um programa de DDR bem-sucedido.

Como se pode constatar, é necessário que os programas de DDR sejam consistentes, de modo a garantir uma reintegração completa e sustentável para a paz. Da mesma forma, sem um componente “R” holístico ou abrangente, o esforço para o “DD” pode ser em grande parte desperdiçado, pois ex-combatentes empobrecidos e insatisfeitos tendem a pegar novamente em armas.

ordens dos superiores - Army, U. S. Field Manual 101-5: Staff Organization and Operations. *Washington, DC: US Government Printing Office*, 1997.

⁹⁰ Ver Rouw & Willems (2010); RICHARDS. *Op. cit.*

⁹¹ IDRIS, Iffat. Lessons from DDR programmes. *Governance, Social Development, Humanitarian and Conflict - GSDRC, University of Birmingham*. June, v. 1, 2016. p. 6.

⁹² COCKAYNE, James; O'NEIL, Siobhan. UN DDR in an era of violent extremism: Is it fit for purpose? *Tokyo: United Nations University*. 2015. p. 4.

CAPÍTULO III - Enquadramento Teórico e Conceptual

O presente capítulo está dividido em duas secções, a primeira apresenta o quadro conceptual com objectivo de trazer alguns conceitos-chave, por forma a obter o melhor entendimento sobre o fenómeno em discussão. A segunda parte dedica-se, à apresentação do referencial teórico escolhido para a pesquisa, para isso, optou-se pela combinação dos pressupostos da teoria neo-institucionalista e da teoria de mudança como embasamento teórico deste trabalho.

3.1. Quadro Conceptual

Os principais conceitos para o desenvolvimento da pesquisa são: Acordos de Paz e Reconciliação. A importância destes conceitos, está na capacidade analítica que estes possuem sobre o objecto examinado - a implementação do acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Neste sentido, entende-se que os Acordos de Paz são o ponto de partida para construção da paz em uma sociedade pós-conflito; a Reconciliação é fundamental para promover a cura e a unidade entre as partes e vítimas envolvidas no conflito.

3.1.1. Acordos de Paz

Quer sejam inter-estatais ou intra-estatais, os acordos de paz enfrentam problemas de definição. Além de problemas de definição, são conceitos complexos e sujeitos a críticas ao tentar defini-los. Ainda assim, são cruciais para a presente pesquisa.

Dito isso, os Acordo de Paz - podem ser definidos como acordos celebrados entre as partes em conflito com objectivo de encerrar o conflito. Em termos substantivos, esses acordos podem variar desde o mero estabelecimento das condições para um cessar-fogo até a criação de um novo quadro para a ordem do Estado⁹³.

Christine Bell⁹⁴, por sua vez, define os Acordos de Paz como documentos resultantes de discussões com alguns ou todos os protagonistas de um conflito, visando pôr fim a um conflito militar violento. Na sua forma mais desenvolvida, os acordos de paz não apenas regulam as condições para o fim da violência armada, mas também reconstruem as estruturas políticas, sociais e económicas do Estado. Em alguns casos, esses acordos deslocam

⁹³ DAM-DE JONG. *Op. cit.* p. 2, nota 48.

⁹⁴ BELL, Christine. *Women and peace processes, negotiations, and agreements: operational opportunities and challenges. Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 2013.* p. 1.

temporariamente a constituição do Estado, aguardando propostas legislativas para emendas constitucionais permanentes⁹⁵.

Ainda assim, deve-se ter em mente que, em muitos casos, os acordos de paz são desenvolvidos ao longo do tempo como parte de um processo de paz mais amplo. Muitos acordos de paz são “parciais”, no sentido de que abordam questões distintas que são negociadas separadamente entre as partes, de forma sequenciada⁹⁶. Conforme se pode notar, os acordos de paz são fundamentais, pois além de resolver conflitos de qualquer natureza, marcam o primeiro passo para transição de violência para um ambiente de paz.

3.1.2. Reconciliação

Após o trabalho inovador da Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul na década de 1990, as iniciativas de reconciliação, por meio de comissões da verdade, desculpas oficiais e memoriais, tornaram-se comuns na construção da paz pós-conflito. Serra Leoa, Libéria e Ruanda são alguns exemplos de países que embarcaram em processos de reconciliação. A literatura sobre reconciliação floresceu⁹⁷, destacando a definição de Karen Brounéus⁹⁸, segundo a qual, a reconciliação é um processo social que envolve o reconhecimento mútuo do sofrimento passado e mudança de atitudes e comportamentos destrutivos para relacionamentos construtivos em direção à paz sustentável.

Paralelamente a definição acima apresentada, Daniel Bar-tal e Gemma Bennink⁹⁹, argumentam que a reconciliação como resultado, consiste no reconhecimento e na aceitação mútuos, de interesses e objetivos investidos no desenvolvimento de relações pacíficas, confiança mútua, atitudes positivas, e consideração pelas necessidades e interesses da outra parte.

Discussões semelhantes podem ser encontradas em David Crocker. Para Crocker¹⁰⁰, uma sociedade que busca superar sua situação conflituosa ou passado repressivo deve visar reconciliar antigos inimigos. No mínimo conta, que quase todo mundo concorda que o termo

⁹⁵ WALLENSTEEN. *Op. cit.* p. 14, nota 48.

⁹⁶ BELL, Cristine. Peace Agreements: Their Nature and Legal Status. *American Journal of International Law*, v. 100, n. 2, 2006. p. 379.

⁹⁷ BROUNÉUS, Karen. Rethinking Reconciliation: concepts, methods, and an empirical study of truth telling and psychological health in Rwanda. *Department of Peace and Conflict Research*, Sweden: Uppsala University, 2008. p. 11.

⁹⁸ *Ibid.* p. 12.

⁹⁹ BAR-TAL, Daniel; BENNINK, Gemma H. The nature of reconciliation as an outcome and a process. In: Y. Bar-Siman-Tov (ed.). *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Nova Iorque: Oxford University Press, v. 6, 2004. pp. 15.

¹⁰⁰ CROCKER, David A. Reckoning with past wrongs: A normative framework. *Ethics & International Affairs*, v. 13, 1999. p. 20.

reconciliação, é nada mais do que “simples coexistência” - no sentido de que antigos inimigos cumprem a lei em vez de se matarem uns aos outros.

A reconciliação, pode ser entendida como um conceito moral, político ou religioso, o objectivo central é evitar que a sociedade recaia na violência como uma maneira de resolver as diferenças. Deste modo, as medidas de promoção da reconciliação nacional devem começar por um acordo de cessar-fogo, passando pelo desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes até o estabelecimento de mecanismos de justiça transicional, como, por exemplo, comissões da verdade - responsáveis por apurar violações de direitos humanos praticadas durante o conflito, a fim de trazer à tona a verdade sobre os factos e buscar os seus responsáveis¹⁰¹.

Além do mais, os acordos devem conter, também, provisões para o estabelecimento de um governo local, reforma das instituições de segurança e justiça, formas de distribuição do poder político entre os actores domésticos (sistema de partilha do poder, realização de eleições democráticas) e, ainda, provisões para a criação de um aparato estatal efectivo, razoavelmente honesto e ciente da sua obrigação de prestar contas à sociedade¹⁰².

Para o caso de Moçambique, a reconciliação nacional iniciou-se após o Acordo de Paz de Roma como um processo que visa superar as divisões causadas pela guerra civil. Isso envolveu a desmobilização das forças armadas do Governo e da Renamo, seguido de programas de reintegração de ex-combatentes na sociedade. Em uma segunda fase, foram realizados esforços para incentivar o diálogo e a participação política inclusiva para garantir que as opiniões de diferentes grupos étnicos e políticos fossem ouvidas e representadas.

Não obstante, é importante salientar que o processo de reconciliação é contínuo e desafiador. A construção da paz sustentável requer não só a assinatura de acordos políticos e amnistia, mas também a abordagem das causas profundas do conflito, como desigualdades sociais e acesso limitado aos recursos do Estado. É fundamental que Moçambique continue a investir em medidas de reconciliação efectiva, principalmente entre o Governo da Frelimo e a Renamo, para fortalecer a paz e coesão social e evitar a recorrência de novos conflitos.

¹⁰¹ Ver Licklider (2001, p.701) Apud Maxwell. As Operações de Paz no Pós-Guerra Fria: Multidimensionalismo e Construção de Estados. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9540/9540_5.PDF>. Acesso em: 18 jan. 2023.

¹⁰² Ibid. p. 132.

3.2. Referencial Teórico

Esta secção expõe os fundamentos teóricos utilizados como enquadramento para a descrição e compreensão do conteúdo do estudo. Para tal, baseou-se na conciliação dos elementos da teoria neo-institucionalista na dimensão histórica e da teoria de mudança.

3.2.1. Neo-institucionalismo histórico

O ressurgimento das instituições como unidade de análise dos fenómenos políticos ocorreu na década de 1970, como uma tentativa de se contrapor ao modelo racionalista, excessivamente focado em variáveis comportamentais. Os neo-institucionalistas defendem que a análise baseada em variáveis obscurecia as estruturas socio-económicas e políticas que influenciam significativamente o comportamento de actores envolvidos nos processos de formulação e implementação de políticas. Assim, as instituições passam a ser as variáveis independentes mais relevantes, em vez das preferências dos actores políticos. Ao longo de tempo, essa abordagem evoluiu em três escolas: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico¹⁰³. Todas elas buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos¹⁰⁴.

Nesse contexto, foi escolhido o enfoque histórico para este trabalho. Essa escolha justifica-se pela eficácia em explicar fenómenos de longa duração, bem como por ser considerada uma corrente híbrida – incorporando tanto a perspectiva cultural como a perspectiva calculista. Os teóricos dessa vertente argumentam que a acção humana é instrumental e, portanto, os indivíduos tendem a maximizar seus resultados. No entanto, observam que o contexto histórico e a posição ocupada por esses indivíduos podem influenciar a acção estratégica. Assim, aquilo que os actores dizem preferir pode não ser a manifestação das suas preferências reais, mas sim aquilo que é possível preferir num determinado contexto institucional e não noutra¹⁰⁵.

Segundo, o institucionalismo histórico busca melhores argumentos para compreender as disputas políticas nacionais e como as instituições distribuem o poder e os recursos de forma desigual entre os grupos sociais. Seus defensores encontram esse entusiasmo na maneira

¹⁰³ Ver Limongi (1994); Procopiuck (2013).

¹⁰⁴ HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. Political science and the three new institutionalisms. *Political studies*, v. 44, n° 5, 1996. p. 194.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://direitoreal.com.br/artigos/as-tres-versoes-do-neoinstitucionalismo>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

como a organização da comunidade política e das estruturas económicas entram em conflito, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros¹⁰⁶.

Por esses motivos, as instituições surgem não como uma cooperação de interesses, mas sim como uma forma de regular conflitos inerentes ao desenvolvimento da diferenciação de interesses e à assimetria de poder¹⁰⁷. Essa expectativa é baseada na definição de instituições como procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e não oficiais que fazem parte da estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política¹⁰⁸.

A tese do institucionalismo histórico também é explicada por meio de um argumento estrutural. Os partidários dessa perspectiva são ardentes defensores de uma concepção particular do desenvolvimento institucional, que dá ênfase à trajetória histórica – *path dependence*, às conjunturas críticas – *critical junctures* e às consequências imprevistas. A ideia é que uma decisão tomada em determinado momento no passado por um grupo de actores tende a se desdobrar historicamente, influenciando sua revisão ou reforma no presente por meio de uma variedade de mecanismos, que vão desde instituições políticas concretas até padrões de associações de interesses¹⁰⁹. Da mesma forma que, as conjunturas críticas são transições políticas ou económicas caracterizadas por um contexto de mudança profunda, seja revolucionária ou realizada por meio de reforma institucional¹¹⁰.

Mais do que este argumento, é fundamental insistir no pressuposto de que a propriedade notável do institucionalismo histórico consiste na importância que atribui ao poder, em particular às relações de poder assimétricas¹¹¹. De facto, é possível ver nisso, como Bernhard Weimer e Natália Bueno¹¹², citam Khan et al., um esforço de elucidação em Moçambique, onde há três conjunturas críticas que marcam o processo de paz e reconciliação: os acordos de paz de 1992, 2014 e 2019, resultantes de negociações entre o Governo da Frelimo e a Renamo para pôr fim a períodos de violência política na busca pelo poder e por lutas distributivas para uma maior inclusão social, económica, política e regional.

¹⁰⁶ HALL & TAYLOR. *Op. cit.* p. 194, nota 104.

¹⁰⁷ THÉRET, Bruno. As Instituições entre as estruturas e as acções. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n. 58, 2003. p. 229.

¹⁰⁸ HALL & TAYLOR. *Op. cit.* p. 196, nota 104.

¹⁰⁹ Ver Thelen & Steinmo (1992); Hall & Taylor (1996); Strambach & Halkier (2013); Contrera (2021).

¹¹⁰ FERNANDES, António Sérgio Araújo. Path dependency e os estudos históricos comparados. *BIB, São Paulo*, v. 53, n. 1, 2002, p. 82.

¹¹¹ HALL & TAYLOR. *Op. cit.* p. 199, nota 104.

¹¹² WEIMER & BUENO. *Op. cit.* p. 67, nota 22.

Portanto, a aplicação das lógicas das conjunturas críticas e da dependência da trajetória ao caso de Moçambique, e em particular à análise do processo de implementação do acordo sobre o DDR, acreditamos serem ferramentas importantes para explicar os contextos, bem como os determinantes institucionais que moldam esse processo. Em parte, as conjunturas críticas facilitam a identificação dos momentos em que ocorre um “afrouxamento” dos elementos institucionais, favorecendo transformações, enquanto que a dependência da trajetória ajuda a definir os elementos institucionais que se mantêm em vigor, dificultando a transição para uma paz definitiva¹¹³.

Como é notório, as mudanças significativas dependem em grande parte do surgimento de conjunturas críticas – quando processos de mudança são desencadeados pela vulnerabilidade do *status quo*. Neste estudo, são considerados como conjunturas críticas os três acordos, sendo que estes dois últimos – 2014 e 2019 concentram todos esforços no DDR por forma a assegurar a implementação completa da componente militar discutida no AGP.

3.2.2. Teoria de Mudança

Indo além do institucionalismo histórico, um dos desafios de longa data para a construção da paz bem-sucedida tem sido a dificuldade de medir resultados e gerar evidências que possam ajudar a identificar quais tipos de intervenções trarão mudanças específicas. Parte do desafio é que a própria paz é um conceito elusivo, composto de inúmeros factores que podem ser difíceis de definir. Por essas razões, a *CARE International* e a *International Alert* decidiram empreender um projecto de pesquisa de dois anos e meio para aferir como o uso de teorias de mudança poderia contribuir para monitorar e avaliar projectos de consolidação da paz¹¹⁴.

Ober¹¹⁵, parte de pressuposto de que uma teoria de mudança oferece uma visão mais clara do resultado pretendido de uma acção ou programas implementados e explica como as actividades estão conectadas entre si e contribuem para alcançar resultados em diferentes níveis sociais. Assim, pode ser usada para projectar, monitorar e avaliar iniciativas de mudança social, incluindo a construção da paz no período pós-conflito.

¹¹³ Ibid. p. 66.

¹¹⁴ OBER, H. CARE International UK Peacebuilding with Impact: Defining theories of change. *London: CARE*, 2012. p. 3.

¹¹⁵ Ibid. p. 3.

Neste âmbito, a teoria de mudança esclarece a lógica dos projectos de DDR implementados e busca os actores apropriados, permitindo que os implementadores identifiquem de formas mais clara quem, porquê e com que finalidade diferentes indivíduos e grupos são visados em projectos de prevenção de conflitos e construção da paz. Isso é importante, pois é uma abordagem holística que promove a participação e inclusão não apenas de grupos beneficiários, mas também da sociedade por meio da combinação adequada de actores-organizações da sociedade civil, organizações religiosas, entidades públicas e privadas para alcançar maior eficácia¹¹⁶.

A teoria de mudança também revelou que vínculos mais explícitos precisam ser estabelecidos entre o nível local e os processos de paz nacionais para que as mudanças desejadas ocorram. Acredita-se que as mudanças no nível individual ou comunitário afectariam, de alguma forma, as mudanças em nível distrital, provincial ou nacional, conseqüentemente, todo o processo de paz. Além de que, assume-se que as motivações que levam as partes assinar um acordo em um determinado contexto, podem mudar ao longo da sua implementação, o que tornará o caminho do projecto planejado não mais relevante. Daí que, os pressupostos desta teoria permitem que os implementadores analisem o progresso e avaliem se os programas ainda são relevantes para reintegração e prevenção de conflitos¹¹⁷.

Assim, observa-se que centrar a análise na perspectiva da teoria de mudança é fundamental, pois permite orientar e melhorar o processo de implementação dos programas de reinserção socio-económico no âmbito do DDR em Moçambique. Isso ajuda a identificar lacunas, medir o progresso e fazer ajustes para alcançar os resultados desejados - a construção de uma sociedade definitivamente pacífica.

Igualmente, é uma ferramenta útil para mapear resultados intermediários, como a reinserção a curto prazo dos ex-guerrilheiros da Renamo na sociedade. Ao estabelecer indicadores de progresso mensuráveis que podem ser usados para monitorar o número dos ex-combatentes que completaram a formação profissional, conseguiram emprego ou iniciaram um negócio próprio nas comunidades e os reintegrados com sucesso.

¹¹⁶ CARE International & CDA Collaborative Learning Projects: Has Peacebuilding Made a Difference in Kosovo? *Asian Social Sciences Review*, July 2006. p. 4.

¹¹⁷ World Bank, Global Monitoring Report 2011: Improving the Odds of Achieving the MDGs, *Global Governance*, April, 2011. p. 6.

CAPÍTULO IV - Metodologia

Neste capítulo, procura-se apresentar os aspectos metodológicos, o tipo de pesquisa adoptada, método de abordagem e das técnicas comumente usados nas ciências sociais e, particularmente, na Ciência Política, com o objectivo de maximizar a transparência da análise dos dados.

O presente estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa compreende a ciência como prática social, redimensionando critérios científicos tais como objectividade, rigor, generalidade e validade da pesquisa. E um factor que se leva bastante em consideração é o de que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais¹¹⁸.

Quanto ao método de abordagem, a pesquisa foi baseada no método indutivo. Os argumentos a favor do indutivo são de que partimos de exemplos específicos para chegar a conclusões mais amplas¹¹⁹. Relativamente as técnicas de pesquisa como a parte prática do presente estudo, foi feita uma combinação de pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semi-estruturada.

A pesquisa bibliográfica consistiu em levantar toda bibliografia existente sobre a implementação dos acordos de paz e reconciliação, tanto no panorama internacional quanto nacional, com particular ênfase, nos desafios de reconstrução da sociedade pós-conflito. Incluindo, entre outros elementos, a reforma política, a implementação efectiva da componente militar e a resolução de divergências por meio de regras do jogo democrático. A literatura internacional sobre implementação dos acordos de paz em outros contextos mostrou-se relevante para enquadrar melhor o objecto de estudo.

Para a pesquisa documental, consultaram-se fontes primárias relacionadas à análise de três acordos de paz assinados entre o Governo da Frelimo e a Renamo (1992, 2014 e 2019), incluindo as leis de amnistia correspondentes (Lei 15/1992, Lei 17/2014 e Lei 10/2019). Também foram consultadas a Lei 1/2018 de 12 de Junho, que trata da revisão pontual da constituição da república resultante das negociações sobre a descentralização, e a Lei 12/2023 de 4 de Abril, que estabelece benefícios de segurança social dos desmobilizados no âmbito do Acordo de Maputo.

¹¹⁸ SPINK, M. J. P (Org). MENEGON, V. A pesquisa como prática discursiva: Superando os horrores metodológicos. In: _____. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

¹¹⁹ ver Marconi & Lakatos (2003); Gil (2008).

Após a leitura dessas fontes, surgiram questões que evidenciaram a necessidade de recolher depoimentos por meio de entrevistas semi-estruturadas com as várias partes interessadas, nomeadamente representantes de partidos políticos, académicos, parceiros de cooperação e líderes de organizações.

4.1. Limitações da pesquisa

A principal limitação na realização desta pesquisa consistiu nas dificuldades encontradas para interagir com algumas instituições e personalidades consideradas relevantes. O acesso restrito a informações confidenciais e documentos oficiais, devido à implementação do último acordo em curso, dificultou a recolha de dados.

A dependência de fontes primárias limitadas e a indisponibilidade de algumas individualidades para entrevistas por questões de agenda também constituíram limitações. Especificamente, representantes do Governo da Frelimo, membros e signatários do Acordo de Paz de Roma e desmobilizados no âmbito do Acordo de Maputo mostraram-se menos receptivos às entrevistas agendadas, citando compromissos no exterior e restrições às suas declarações.

Além disso, houve dificuldade em aceder informações nas instituições públicas, alegando que não foram tornadas públicas, como relatórios das comissões técnicas criadas para o desarmamento e desmobilização e actas das negociações.

Portanto, um número considerável de fontes não concedeu entrevistas sem fornecer razões específicas de seu impedimento, o que prolongou o tempo da pesquisa. Essas fontes poderiam contribuir para uma análise mais abrangente do tema proposto neste trabalho.

CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo destina-se à apresentação, análise e interpretação dos resultados, começando, numa primeira fase, por apresentar o processo de implementação do acordo sobre o DDR, destacando seus principais avanços e recuos na consolidação da paz. Na segunda fase, é feita uma avaliação comparada das disposições dos três acordos de paz. Por fim, na terceira e última fase, discute-se os desafios à implementação efectiva dos acordos de paz assinados em Moçambique à luz do embasamento teórico que norteia a pesquisa.

5.1. Processo de implementação do acordo sobre o DDR: Avanços e Retrocessos

Nesta secção, pretende-se debater o processo de implementação do acordo sobre o DDR em Moçambique. Destacamos os principais avanços e recuos, fornecendo a base para uma melhor compreensão dos constrangimentos encontrados na fase imediatamente posterior à assinatura do Acordo de Paz de Roma, que afectaram os estágios subsequentes do processo de implementação, comprometendo, de certa forma, o gradualismo pretendido a curto, médio e longo prazos, nomeadamente, o da consolidação da democracia multipartidária, e o completo desarmamento, desmobilização e reintegração - por sinal o mais complexo.

O processo de paz e reconciliação em Moçambique decorre após 16 anos de uma guerra civil entre o Governo liderado pela Frelimo e a Renamo. Esse processo pode ser compreendido em três ciclos: as negociações que culminaram com assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma em 1992, pelo Joaquim Chissano, Presidente da República de Moçambique (Frelimo), e Afonso Dhlakama, Presidente da Renamo. O segundo ciclo é marcado pelo Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares, assinado em 2014, e o recente Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em 6 de Agosto de 2019, todos acompanhados por leis de amnistia para proteger os envolvidos em actos violentos durante os conflitos armados.

O Acordo Geral de Paz, composto por sete protocolos, abrangia negociações políticas, económicas e militares, incluindo um conjunto de medidas a serem tomadas: o cessar-fogo, desmobilização e desarmamento de quase 110.000 combatentes de ambas partes, a criação da força de defesa única (FADM) que seria composta por 30.000 homens (15.000 soldados de cada lado), eleições multipartidárias e repatriamento de refugiados¹²⁰.

¹²⁰ LALÁ, Anícia. Dez Anos de Paz em Moçambique: Da visão normativa à perspectiva realista. *Estudos Moçambicanos*, v. 20, n. 1, 2022. p. 27.

A ONU que desempenhou o papel de observadora na última etapa das negociações, foi convidada a supervisionar a implementação do Acordo. Apesar do cessar-fogo ter sido prontamente respeitado, especialmente considerando que as tropas da ONUMOZ chegaram seis meses após o pedido, as relações entre o Governo e a Renamo foram marcadas por desconfianças e acusações mútuas de incumprimento do acordo, com a Renamo ameaçar em retirar-se do processo. Esses obstáculos causaram atrasos na implementação¹²¹.

Consequentemente, o processo de desmobilização decorreu lentamente. Até o fim do mandato da ONUMOZ em Dezembro de 1994, cerca de 92.000 soldados dos quase 110.000 combatentes inicialmente esperados haviam sido desmobilizados em 49 áreas de concentração nas três regiões do país. Dentre esses, 71.000 eram da Frelimo e 21.000 da Renamo¹²². Entretanto, apenas 12.195 soldados (8.533 das antigas tropas do Governo e 3.662 da Renamo) se juntaram ao novo exército, um número muito menor do que o esperado. Uma pesquisa inicial indicou que apenas 15% dos desmobilizados estavam interessados em permanecer nas Forças Armadas, a maioria queria voltar para suas famílias¹²³.

Ainda que o processo de desmobilização não tenha sido inviabilizado, experimentou uma série de dificuldades a partir do momento em que os militares passaram a exigir, por meios violentos, a sua desmobilização devido aos atrasos. Este factor, juntamente com a necessidade de cumprir com o calendário estabelecido para o processo, encorajou a rápida desmobilização e conclusão do processo em 1994 - ano da conclusão oficial da desmobilização¹²⁴. Aliás, como os parceiros e doadores estavam preocupados com o desenvolvimento de um cenário semelhante ao de Angola, a ONUMOZ estabeleceu que as eleições não ocorreriam antes que o processo de desmobilização estivesse concluído¹²⁵.

Porém, é importante referir que, apesar de a maioria ter-se desmobilizado em 1994 – o que resultou numa redução significativa de violência e num aumento da estabilidade no país,

¹²¹ Id., 2005. p. 1.

¹²² VINES, Alex. Violence, peacebuilding, and elite bargains in Mozambique Since independence: The State of Peacebuilding in Africa: Lessons Learned for Policymakers and Practitioners. *Springer International Publishing*, 2021. p. 327.

¹²³ VAN DEN BERGH, Lúcia. *Porque prevaleceu a paz: Moçambicanos respondem*. AWEPA, Associação de Parlamentares Europeus com África, 2011. p. 55.

¹²⁴ MALACHE. *Op. cit.* p. 16, nota 25.

¹²⁵ “Uma das principais razões para o fracasso dos Acordos de Bicesse (1991) foi a falta de cumprimento das tarefas cruciais antes das eleições gerais: o cessar-fogo e o desarmamento das partes rivais e da população. Se essas tarefas tivessem sido cumpridas, mesmo com o atraso, a retomada da guerra poderia ter enfrentado mais obstáculos. Para entender melhor o fracasso da missão da ONU em Angola, consulte a dissertação de Tatiana Vargas Maia – “A Intervenção da ONU em Angola (1988-1999)”, Porto Alegre, 2006.

havia um reconhecimento por parte da ONU de que o processo de desmobilização não estava concluído. O próprio Governo não sabia quantos soldados existiam no país e um número não determinado de tropas não foi desmobilizado. Estas tropas foram incorporadas na Polícia, principalmente na Unidade de Intervenção Rápida (UIR), que tem sido acusada de politização, constituindo até hoje uma fonte de elevada tensão política. O número de soldados da Renamo também não era claro, e havia dúvidas se todas as tropas se tinham apresentado. Além do mais, a Renamo manteve um número substancial de soldados na retaguarda, especialmente na área em volta da antiga base central em Marínguè, província de Sofala¹²⁶.

Esta falha na fase de levantamento de efectivos contribuiu para uma lacuna no processo de construção e consolidação da paz. Aliado à falta de experiência de Moçambique na condução do programa de DDR nos anos seguintes à retirada das NU, isso resultou na não desmobilização de todas as forças e grupos militarizados¹²⁷.

5.1.1. Desarmamento e suas implicações

Os esforços oficiais de desarmamento de armas ligeiras tiveram sucesso limitado, uma vez que a estratégia de desarmamento da ONUMOZ revelou-se falha em relação às implicações a longo prazo da proliferação de armas ligeiras no país e na região da África Austral¹²⁸. Embora o AGP se referisse à recolha, registo e custódia de armas, munições e explosivos, nenhum dos estudos realizados até o momento explicou como o processo seria executado na prática. A compreensão do que significava o desarmamento e até que ponto deveria ser implementado era insuficiente, o que tornou o assunto controverso.

Na perspectiva de Alex Vines e Gay Littlejohn, as prioridades da ONUMOZ eram desmantelar as estruturas de comando e controlo da Renamo e dispersar os ex-combatentes. O desarmamento não foi uma prioridade devido à percepção de que poderia prejudicar o processo de paz. Após a desmobilização, a ONUMOZ recolheu pouco mais de 200.000 armas, mas nenhuma foi destruída. A falta de desarmamento abrangente permitiu que a Renamo

¹²⁶ VAN DEN BERGH. *Op. cit.* p. 54, nota 125.

¹²⁷ “E também é verdade que o incumprimento do processo de desarmamento em 1992–94 resultou na posse de armas por muitos indivíduos. Todavia, o facto de que as armas usadas nos conflitos recentes estão em melhor condição do que se esperava após anos de desuso, e que alguns dos combatentes da Renamo são mais jovens do que os ex-combatentes, mostra que novas fontes de armas surgiram e a violência atraiu novos participantes” - Bispo Dinis Sengulane (2014), ver VINES. *Op. cit.* p. 7, nota 26.

¹²⁸ Ver LALÁ (2005); Vines (2013)., *Op. cit.*

mantivesse um grande estoque de armas e munições¹²⁹. Uma operação subsequente localizou mais de 50.000 armas ligeiras e mais de 31 milhões de munições escondidas¹³⁰.

Ao observar com atenção o número de armas recolhidas pela ONUMOZ, percebe-se que ainda existiam muitas armas escondidas. Se, por um lado, os ex-combatentes viam as armas como uma futura fonte de renda por meio do seu uso e venda, a população local escondia-as para evitar um retorno à guerra. Ambos os grupos preferiam esconder as armas em vez de entregá-las. Como exemplo, nos anos seguintes à guerra, a população deixava armas nas estradas para que fossem encontradas e desactivadas pelas empresas de desminagem¹³¹.

No final, o facto de a ONUMOZ não ter destruído as armas e não ter garantido capacidade dentro do novo exército para se livrar delas com segurança prejudicou a consolidação da paz. Esse lapso também incentivou a passagem de armas para a vizinha África do Sul. Com a confiança minada, o Governo manteve-se discreto nos anos seguintes, sem quaisquer programas visíveis, além das intervenções operacionais da sociedade civil.

Em segundo lugar, o desarmamento não devia ter sido negligenciado, o que representou uma oportunidade perdida. Como resultado, a Renamo manteve homens armados e arsenais por mais de 20 anos, e após a retirada da ONUMOZ em 1994, as chances de desarmamento diminuíram, resultando numa pequena percentagem de armas entregues por esforços oficiais das ONG's¹³².

É o caso do desarmamento desencadeado pela Força Moçambicana para a Investigação do Crime e Reinserção Social (FOMICRES), uma organização sem fins lucrativos fundada em 1995 por ex-combatentes, que recebeu apoio dos Secretários das Igrejas para auxiliar no processo. Entre 1995 e 2006, a FOMICRES recolheu e destruiu aproximadamente 1 milhão de armas¹³³. Em 2012, encontrou esconderijos de grandes armas em cinco distritos da

¹²⁹ Muitas armas permaneceram nas mãos das pessoas e pouco foi feito para derrubar a mentalidade militarizada da população. Isso também pode ser explicado pela facilidade da Renamo em se rearmar no conflito que ressurgiu em 2013.

¹³⁰ Ver Vines (2013) & Littlejohn (2015).

¹³¹ LALÁ, Anícia. DDR in Mozambique: The Borderlines of the Success Story. *From Conflict to Community: a Combatant's Return to Citizenship*. GFN-SSR: Shrivenham, 2005.

¹³² Embora, o facto de se ter acordado na sequência do AGP o acesso continuado da Renamo a um grupo armado (guarda-costas de Dhlakama), que gozariam do estatuto de polícia como garantia transitória até às primeiras eleições, questão essa que veio a ser recusada pelo então líder da Renamo, constituiu uma estratégia para manter o seu “braço armado”. Isso, valeu à Renamo para enfrentar o Governo e chegar a novos acordos usando a violência armada..., VINES. *Op. cit.* p. 8, nota 27.

¹³³ REPELLÉ; ROZEN & CARVALHO. *Op. cit.* p. 8, nota 24.

província de Sofala, incluindo armas pesadas, mas por razões políticas não foi possível confiscar ou destruí-las¹³⁴.

Alternativamente, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), com apoio de doadores, realizou programas de transformação de armas em enxadas e objectos de arte. Ao longo dos 20 anos, mais de um milhão de armas e munições foram recolhidas da população e trocadas por bens, como máquinas de costura, gado, materiais de construção, ferramentas agrícolas (enxadas, charruas, tractores, etc), promovendo a subsistência. Actualmente, cerca de 400 desmobilizados da Renamo se beneficiam do projecto “transformação de mentes para produção” nos distritos de Maríngué e Gorongosa. Para implementar esse programa, o CCM contratou técnicos agrícolas e veterinários para assistir os desmobilizados nos projectos agro-pecuários¹³⁵.

Portanto, embora a Renamo nunca tenha entregado todo o seu arsenal à ONUMOZ devido às desconfianças em relação ao Governo, um maior esforço durante o mandato das NU poderia ter reduzido as reservas de armas. Sobretudo se os parceiros internacionais tivessem continuado a apoiar o desarmamento e a ajudar os ex-combatentes nas regiões centro e norte do país a encontrar meios de subsistência alternativos, tendo em conta as condições sociais e económicas do país. Ou para ser mais abrangentes, deveriam ter identificado outros grupos populacionais que também necessitassem de tratamento semelhante para reduzir as chances de retorno à violência e confrontos subsequentes.

5.1.2. Reintegração socio-económica de ex-combatentes: um processo longo e inacabado?

Em vários países africanos, o fracasso dos processos iniciais de reintegração de ex-combatentes levou à necessidade de programas ou intervenções subsequentes para tratar de problemas específicos. Outros países que repetiram a reintegração de ex-combatentes incluem a República Centro-Africana (RCA), República do Congo (RC), Libéria e Zimbabwe. Alguns

¹³⁴ A FOMICRES, trabalhou também em estreita colaboração com a Operação Rachel. No entanto, em 2006, o apoio de doadores para o desarmamento diminuiu e o Governo moçambicano foi chamado para iniciativas de combate ao crime. Ainda assim, após os surtos de violência registados entre 2013 e 2014, a organização voltou a participar na recolha de armas, tendo notado um recuo na entrega das mesmas. A Operação Rachel foi iniciada em 1995 entre África do Sul e Moçambique – visava a destruição de esconderijos de armas, a limitação das redes criminais entre os dois países e parar o fluxo ilegal de armas a África Oriental. No decorrer das nove operações que tiveram lugar em meados de 2003, foram descobertos mais de 600 esconderijos de armas e várias toneladas de munições foram destruída..., REPELL, L.; ROZEN, J.; CARVALHO, G. & VINES. *Op. cit.*

¹³⁵ Entrevista com João Damião - Secretário-Geral do CCM, realizada no dia 13/07/2023.

governos empreenderam novos esforços para ajudar esses ex-combatentes, reconhecendo que a reintegração sustentável é crucial para a estabilidade pós-conflito¹³⁶.

Ajudar os ex-combatentes a se reintegrarem social e economicamente, há muito é reconhecido como um processo longo e complexo, repleto de desafios. Embora as fases de desarmamento e desmobilização sejam relativamente directas e fáceis de executar, a reintegração continua sendo um grande desafio que requer recursos e acompanhamento significativos. Pesquisas sugerem que quando os ex-combatentes não conseguem encontrar algum tipo de emprego pacífico ou actividades geradoras de renda, o processo de retorno à vida civil é frequentemente interrompido e há maior risco de desmobilizados recaírem em comportamento violento ou agressivo¹³⁷.

Em Moçambique, ao contrário da desmobilização que terminou oficialmente em 1994, a reintegração social e económica dos desmobilizados, juntamente com a reconciliação nacional foi um processo contínuo. Apesar do impulso da comunidade internacional em auxiliar o país a lidar com o problema de reintegração, o processo não foi isento de agendas divergentes, constrangimentos e falhas.

Os programas de reintegração começaram durante a desmobilização nos centros de acantonamento, permitindo que os ex-combatentes escolhessem o local para onde ir independentemente da sua origem. Receberam um subsídio de seis meses, metade pago na saída dos centros e a outra metade no local de destino. O Governo pagou a primeira metade às suas tropas e também à Renamo. Posteriormente, os doadores estabeleceram um fundo para garantir que esse subsídio fosse mantido por mais 18 meses. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) geriu esses fundos, distribuídos por meio de um banco local. No entanto, quando não havia delegações do banco, os ex-combatentes precisavam viajar longas distâncias para receber seu subsídio. Em alguns casos, o custo dessa operação era uma parte substancial do próprio subsídio¹³⁸.

Assim como surgiram dificuldades significativas devido às diferenças entre as expectativas dos ex-combatentes em relação aos seus direitos e a política do Governo. Todos desmobilizados esperavam receber pensões de reforma, mas decidiu-se que as forças da

¹³⁶ALUSALA, Nelson; DYE, Dominique. Reintegration in Mozambique: an unresolved affair. *Institute for Security Studies Papers*. n. 217, 2010. p. 1.

¹³⁷ Ver Walt Kilroy (2009); Alusala & Dye, *Op. cit.*

¹³⁸ COELHO, João Paulo Borges. Antigos Soldados, novos cidadãos: A reintegração dos desmobilizados de Maputo. *Estudos Moçambicanos*, v. 20, Maputo, 2002. p. 148.

Renamo não poderiam ser beneficiadas, pois nunca foram integradas em nenhum esquema de pensões estatal. Quanto aos ex-combatentes do Governo, apenas aqueles que serviram por mais de dez anos foram considerados potenciais beneficiários. Mesmo assim, devido a problemas burocráticos e à ineficiência dos serviços, muitos potenciais beneficiários não conseguiram ter acesso às suas pensões¹³⁹.

No início, os programas de reintegração foram considerados bem-sucedidos, devido à integração de cerca de 87% de ex-combatentes e seus dependentes na sociedade até 1996 e, a maioria ter conseguido uma forma de sustento ou renda mínima¹⁴⁰. Entretanto, entre 2003 e 2004, após as eleições autárquicas e gerais, a reintegração e enquadramento dos combatentes da Renamo nas forças estatais voltou a ser uma questão crítica. A Renamo alegou que seus membros foram excluídos dos benefícios completos de reintegração (pensões de reforma) e eram vítimas de discriminação. Essa questão de reintegração dos desmobilizados da Renamo na sociedade tornou-se um dos principais impulsionadores da retomada do conflito armado em 2013¹⁴¹.

Críticos dos programas de DDR moçambicano, como Jaremej McMullin, afirmam que o processo se concentrou exclusivamente em evitar um retorno ao conflito violento e, embora tenha conseguido isso, havia indicações claras de dois desafios remanescentes à segurança de longo prazo. Em primeiro lugar, houve aumento do envolvimento de certos combatentes em actividades criminosas organizadas após o encerramento do processo. Em segundo, a instabilidade política persistiu como resultado da contínua politização da reintegração¹⁴². Essa uma questão pode voltar a prejudicar Moçambique, se o processo actual de reintegração for politizado.

Esta abordagem, é corroborada em dois aspectos fundamentais: em Moçambique, foi dada muita ênfase à reintegração económica, por meio do desenvolvimento de programas de

¹³⁹ Ibid. p. 150.

¹⁴⁰ “Em relação aos programas de reintegração, destacam-se os seguintes: Programa de Formação e Kits - que visava fornecer formação técnica aos desmobilizados em áreas como artesanato, canalização e carpintaria, facilitando auto-emprego; Esquema de Apoio e Reintegração - consistiu no pagamento de subsídios aos desmobilizados durante 18 meses até que estivessem reintegrados; Programa de Políticas e Identificação de Emprego - estabelecido para preencher as lacunas registadas durante o processo de desmobilização, fornecendo aos desmobilizados toda a informação necessária sobre oportunidades de emprego nas províncias, promovendo assim a reintegração social e económica dos ex-combatentes; Fundo Provincial para Reintegração dos Soldados Desmobilizados - este programa tinha por objectivo financiar pequenos projectos de impacto imediato, de acordo com as iniciativas apresentadas pelos ex-militares”..., MADEIRA, Manuela Francisco. *A mulher desmobilizada: um estudo sobre a desmobilização e reintegração da mulher na cidade de Maputo*. UEM, 1999. p. 34

¹⁴¹ VINES. *Op. cit.* p. 5, nota 124.

¹⁴² MCMULLIN, Jaremej. *Reintegration of combatants: were the right lessons learned in Mozambique?* *International Peacekeeping*, v. 11 n. 4, 2004.

formação e competências profissionais. Mas, pouco ou nada foi feito oficialmente para atender às necessidades psicológicas dos ex-combatentes, preparando-os para o regresso à vida civil. Ao mesmo tempo que, ausência de uma reconciliação nacional abrangente como parte essencial do processo de manutenção da paz, criou espaço para a ocorrência de novos conflitos¹⁴³.

Por sua vez, Manuel Madeira considera que os programas foram concebidos com o objectivo de reduzir o impacto da desmobilização na sociedade, evitando também a concentração de desmobilizados numa determinada área. Contudo, a duração dos programas de reintegração foi bastante curta em comparação com os objectivos a longo prazo. Ademais, o número de beneficiários era maior, o que exigiu a existência de instituições capacitadas para prestar assistência aos desmobilizados nos locais escolhidos para sua fixação. E com a fraca economia do país e a dependência da ajuda externa não permitiram alcançar resultados imediatos de reintegração¹⁴⁴.

De um modo geral, a concretização do DDR era um processo de curto prazo, com duração limitada. Isso levou as NU e os parceiros de cooperação a erroneamente concluir, após quase duas décadas de aparente paz, que Moçambique havia passado com sucesso por uma transição pós-conflito e que o apoio das ONG`s nessa área não era mais uma prioridade¹⁴⁵. Não apenas a componente sobre “Questões Militares” de curto prazo, mas também outros termos acordados, na medida em que não houve muita preocupação após a saída da ONUMOZ, em dar segmento efectivo ao processo de implementação.

Embora o AGP tenha alcançado resultados positivos, como a cessação efectiva das hostilidades, desmobilização de um grande número de ex-combatentes e realização de eleições multipartidárias, essas medidas não foram suficientes para garantir uma reconciliação efectiva, paz sustentável e consolidação democrática. Apesar desses avanços, o ressurgimento da violência armada em algumas províncias do país representou um grande retrocesso, juntamente com o aumento da polarização política, partidarização das instituições estatais, conflitos pós-eleitorais, a persistência das desigualdades socio-económicas, e reintegração incompleta de ex-combatentes, minaram a estabilidade alcançada pelo AGP, prejudicando assim a consolidação da paz.

¹⁴³ LUNDIN, Irae Baptista. Mechanisms of community reception of demobilized soldiers in Mozambique. *African Journal of Political Science*, 1998.

¹⁴⁴ MADEIRA. *Op. cit.* p. 34, nota 142.

¹⁴⁵ VINES. *Op. cit.* p. 5, nota 124.

5.1.3. O DDR no Acordo de Maputo: da assinatura à implementação - última vez?

Embora a falta de recorrência de conflitos em larga escala tenha feito parecer que Moçambique foi um caso bem-sucedido de transição da guerra para a paz, as desavenças não resolvidas persistiram, dificultando a reconciliação entre as partes envolvidas e a sustentabilidade do Acordo de Roma. Em 2013, a violência reacendeu depois de Afonso Dhlakama anunciar o fim do Acordo de Geral de Paz¹⁴⁶.

Como os institucionalistas com enfoque histórico sugerem, o processo de criação ou reforma institucional envolve conflito de poder¹⁴⁷. Esse pressuposto encontra um enquadramento prático na realidade moçambicana quando se observa que as principais reformas na legislação que define os mecanismos de ascensão ao poder decorrem da necessidade de resolver as exigências da Renamo, feitas com recurso ao uso da violência física¹⁴⁸.

Em resposta às reivindicações da Renamo, foi assinado o Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares, que previa o fim das hostilidades político-militares e garantia a participação da Renamo no processo eleitoral de 2014. Cinco anos depois, em 6 de Agosto de 2019, foi firmado o Acordo de Maputo, considerado pelos signatários como o acordo final, visava pôr fim à violência armada e resolver todas as lacunas relacionadas ao processo de DDR.

Por meio do Acordo de Maputo, cerca de 16 bases militares da Renamo foram desmanteladas em oito províncias do país: Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa; e 5221 combatentes foram desmobilizados, incluindo membros da antiga Junta Militar da Renamo, de Junho de 2020 a Junho de 2023¹⁴⁹. Conforme ilustrado na tabela abaixo.

¹⁴⁶ COSSA, Sheila Marcela D; PALIK, Júlia. Mulheres e DDR em Moçambique: a dinâmica excludente e inclusiva dos programas de DDR. *GPS POLICY BRIEF*, 2023. p. 2.

¹⁴⁷ HALL & Rosemary. *Op. cit.* p. 196, nota 104.

¹⁴⁸ BENE, Timóteo Avelino. Processo de resolução de conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019). 2021, 51 p. Monografia (apresentada ao final do curso de licenciatura em Ciência Política) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, Maputo.

¹⁴⁹ Entrevista com André Joaquim Magibire – Chefe da Comissão de Assuntos Militares da Renamo no DDR, realizada no dia 01/08/2023.

Tabela 2 - Número de desmobilizados por base encerrada no âmbito do Acordo de Maputo

DDR - Junho de 2020 a Junho de 2023			
Base Desmanteladas	Província	Desmobilizados	Data de Encerramento
Ribye-Mabote	Inhambane	170	Dezembro de 2020
Savane – Dondo	Sofala	305	Junho de 2020
Mangomonhe - Muxúnguè		251	Julho de 2020
Mapanga Panga - Gorongosa		435	Setembro de 2020
Cheringoma – Inhaminga		173	Outubro de 2020
Chemba		43	
Marínguè		145	
Vunduzi – Gorongosa		347	Junho de 2023
Báruè		Manica	817
Tambara			
Mossurize			
Monjo – Moatize	Tete	368	Julho de 2021
Sabe – Morrumbala	Zambézia	882	Novembro de 2022
Murrotone – Mocuba			
Namaita – Murrupula	Nampula	560	Dezembro de 2021
Namanhumbir – Montepuez	Cabo Delgado	444	Agosto de 2022
Napacala – Cuamba	Niassa	281	Mai de 2022
Total de desmobilizados – 5221			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela Renamo e IMD.

Dos desmobilizados, um total de 5.068 passaram para vida civil aguardando o pagamento das pensões, enquanto 153 foram enquadrados nas FADM e na PRM. Resumidamente, a tabela 3 apresenta o enquadramento dos Oficiais da Renamo nas FADM e na PRM, bem como os reintegrados na sociedade no âmbito do Acordo de Maputo.

Tabela 3 - Enquadramento e Reintegração no âmbito do Acordo de Maputo (2020 - 2023)

Enquadramento e Reintegração - Junho de 2020 a Junho de 2023				
Desarmados & Desmobilizados		Enquadrados		Reintegrados na sociedade
Homens	Mulheres	FADM	PRM	
4964	257	7	146	5068
5221		153		

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela Renamo.

Embora o número de armas entregues neste processo não é de domínio público, a Renamo confirma ter entregue todas as armas, sem especificar o número exacto. A inclusão dos membros da Renamo nas forças militar teve um papel central no ressurgimento do conflito armado em 2012. Por esse motivo, era crucial garantir seu enquadramento nas FADM, sobretudo, nos sectores onde foram compulsivamente reformados durante o mandato do ex-presidente Armando Guebuza¹⁵⁰. No actual processo, a Renamo reassumiu seus respectivos cargos nos lugares onde os militares integrados na década de 1990 foram reformados – três chefes do Departamento do Estado Maior General e quatro chefes de Repartições do Ramo do Exército¹⁵¹.

Igualmente, em Roma, ficou acordado que a Renamo seria responsável pela segurança pessoal de seus altos dirigentes e instituições, e o Governo concederia estatuto policial aos membros da Renamo encarregados dessa segurança. Essa disposição foi renegociada no Acordo de Maputo, resultando no enquadramento de 146 membros, sendo 100 na Polícia de Protecção (PP), 36 na Unidade de Protecção de Altas Individualidades (UPAI), além de 10 em estágio profissional para ocupar cargos de direcção e comando na PRM¹⁵².

Quanto à reintegração, cada desmobilizado recebeu um subsídio de reinserção durante um ano¹⁵³, terrenos, “kits” de material de construção, instrumentos agrícolas e utensílios domésticos, enquanto aguardam o pagamento das pensões e subsídios com base no vencimento correspondente ao posto militar, em vigor à data do Acordo de Maputo. Este pagamento é contado a partir do encerramento da última base em 15 de Junho do ano em curso¹⁵⁴.

Além disso, foram implementados pequenos projectos que beneficiaram um número reduzido de desmobilizados. Contudo, mais do que os pequenos projectos, a Renamo está interessada no pagamento das pensões conforme o decreto n.º 12/2023 de 4 de Abril, estabelece

¹⁵⁰ WEIMER & BUENO. *Op. cit.* p. 76, nota 22.

¹⁵¹ De acordo com o MdE sobre Assuntos Militares, o enquadramento dos Oficiais da Renamo em outras unidades das FADM ocorrerá após a conclusão do processo descrito no Anexo A. Essa abordagem está respaldada pela Lei n.º 11/2019 de 12 de Setembro - aprova o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

¹⁵² “Nos casos em que alguns combatentes não atendiam aos requisitos de idade e qualificação para ingressar na polícia, indicaram um membro familiar (filho, primo, neto, etc.) para substituí-los.” Entrevista com André Joaquim Magibire. *Op. cit.*

¹⁵³ À semelhança do número de armas, o valor do subsídio de reinserção por desmobilizado não foi esclarecido. Formalmente, estava previsto que o subsídio seria pago durante o primeiro ano após a desmobilização, em quatro tranches. Mas, foi pago pouco previsível, o que gerou contestações públicas por parte dos beneficiários, e nunca houve esclarecimento público sobre as razões destas falhas.

¹⁵⁴ Entrevista com Aoife Murphy - Secretariado para o Processo da Paz em Moçambique, realizada no dia 08/09/2023.

benefícios de segurança social dos desmobilizados no âmbito do Acordo de Maputo. Para isso, o partido Renamo apresentou uma lista com os efectivos ao Ministério dos Combatentes, por meio do qual o Instituto Nacional de Providência Social procederá à fixação e ao pagamento das pensões, bónus e subsídios previstos no decreto¹⁵⁵.

O DDR retomado no Acordo de Maputo é histórico em Moçambique, semelhante ao realizado nos anos 1990. Ao analisar o processo de construção e manutenção da paz em Moçambique, fica evidente que os três acordos assinados e implementados ao longo dos 30 anos desde o fim da guerra civil seguem uma lógica de dependência entre si. Como defendem os neo-institucionalistas históricos, essa dependência da trajectória ajuda a identificar os elementos institucionais que permanecem em vigor, ao mesmo tempo que o passado influencia a política actual por meio de diversos mecanismos, desde instituições políticas concretas até padrões de associações de interesses¹⁵⁶.

Existe uma interdependência entre os factos quando se torna claro que as três conjunturas críticas resultam de negociações entre o Governo da Frelimo e a Renamo que põem fim a períodos de violência armada. Além de encerrar conflitos armados e criar condições para a plena participação política da Renamo e de outras forças da oposição, os acordos de 2014 e 2019 surgem devido à violação e não cumprimento efectivo dos termos acordados em 1992, em especial o enquadramento dos ex-combatentes da Renamo nas forças do Estado¹⁵⁷.

O Acordo de Roma foi bem estruturado e abrangente devido à mediação envolvida¹⁵⁸. No entanto, a falta de diálogo entre o Governo e a Renamo, especialmente a partir de 2004, desencadeou um processo de deterioração, agravado pela recriação e institucionalização das células do partido Frelimo nas instituições públicas e pelas reformas nas forças armadas - aposentações compulsivas dos oficiais oriundos da Renamo. Essas acções não só marcaram a ruptura definitiva com a estrutura e o modelo funcional do AGP, como também levaram Afonso Dhlakama a deixar Maputo e iniciar ataques em 2012. Portanto, os acordos sobre o

¹⁵⁵ “A demora no processo de pagamento das pensões pode prejudicar a implementação, uma vez que os pequenos programas não estão a beneficiar todos os desmobilizados.” - André Joaquim Magibire. *Op. cit.*

¹⁵⁶ HALL & Rosemary. *Op. cit.* p. 199, nota 104.

¹⁵⁷ Entrevista com Lutero Simango – Presidente do MDM, realizada no dia 15/06/2023.

¹⁵⁸ “(...) foi uma mediação cívica, realizada por pessoas da sociedade civil em vez de profissionais diplomáticos, o que permitiu que grande parte do acordo fosse negociado informalmente.” Entrevista com Tomás Viera Mário – Jornalista, enviado especial da informação moçambicana às negociações de paz em Roma, realizada no dia 14/08/2023.

DDR buscam abordar as lacunas e omissões para alcançar uma paz efectiva e reconciliação entre as partes¹⁵⁹.

Com a assinatura do AGP, esperava-se que Moçambique alcançasse definitivamente a paz e a reconciliação. Mas a ideia de que as diferenças entre os dois principais partidos devem ser discutidas apenas entre eles é consequência dos avanços e retrocessos. Como resultado, as iniciativas de promoção da paz e desenvolvimento democrático do país não têm produzido os resultados desejáveis, devido às negociações e sua implementação que ocorrem em um contexto de exclusão política e social, separando os moçambicanos¹⁶⁰.

Após a entrega da última arma da Renamo, a Constituição da República foi revista para adiar as eleições distritais. Essa alteração constituiu um retrocesso nos acordos de paz, pois a realização das eleições distritais é resultado de um acordo político¹⁶¹. O Governo não pode considerar a entrega da última arma como o fim de uma Renamo armada e, portanto, existência de paz e reconciliação. A falta de realização de eleições transparentes, justas e livres, juntamente com a fragmentação das forças políticas com menor representação pelo partido no poder pode abrir espaço para novos conflitos¹⁶².

Para a Renamo, o adiamento da realização das eleições distritais em 2024 representa um retrocesso no processo de descentralização do país, comprometendo a consolidação da paz e da democracia. A não realização das eleições distritais, configura uma violação do acordo político, alcançado nas negociações para cessar as hostilidades político-militares. Isso pode resultar em graves consequências, pois abre espaço para conflitos e intolerância política, principalmente em um momento próximo ao processo eleitoral¹⁶³.

De facto, embora o AGP tenha conseguido transformar a Renamo de uma força militar em um partido político, a realização de eleições livres, justas e transparentes ainda é um desafio. Apesar da regularidade na realização de eleições, estas têm sido marcadas por pouca transparência, acusações de fraudes e violência, o que agrava as desconfianças entre os

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ Entrevista com Elias Gilberto Impuiri - Deputado da Bancada Parlamentar do MDM, realizada no dia 10/08/2023.

¹⁶¹ André Magibire. *Op. cit.*, nota 149.

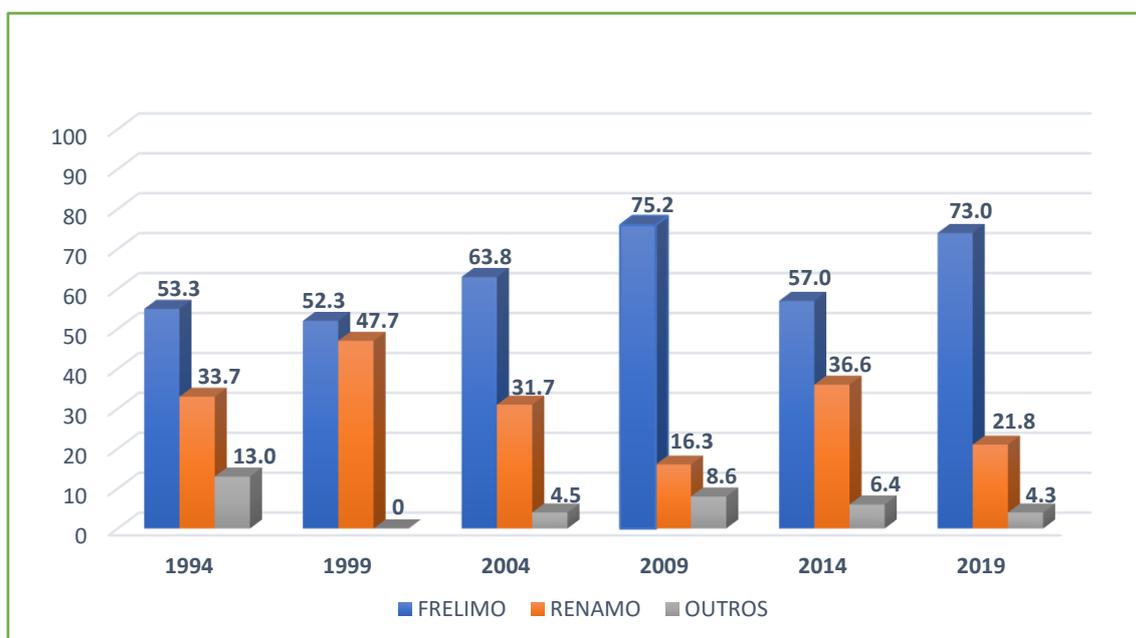
¹⁶² Elias Impuiri. *Op. cit.*, nota 160.

¹⁶³ O excerto acima é uma citação de José Manteiga, Porta-voz da Renamo – reflecte uma das preocupações levantadas pelo seu partido. Foi extraído de uma entrevista concedida à imprensa na AR, onde o autor encontrava-se para recolha de dados. O adiamento das eleições foi aprovado no dia 03 de Agosto, apenas pela bancada da Frelimo, com 178 votos, contra os 44 da Renamo e cinco do MDM.

principais partidos políticos¹⁶⁴. Em alguns casos, os processos eleitorais foram motivos de conflitos, como ocorreu após a divulgação dos resultados eleitorais de 2009.

Desde o fim da guerra civil, foram realizadas seis eleições presidenciais e legislativas. Contudo, um denominador comum nessas eleições é a não aceitação dos resultados pelo maior partido de oposição. A Renamo entende que os resultados eleitorais não reflectem as escolhas reais dos eleitores. Como resultado, foram reportadas irregularidades eleitorais nas eleições de 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019. Ao mesmo tempo, a Renamo tende a ficar visivelmente enfraquecida desde as eleições de 2009, onde a Frelimo ganhou 75% dos votos e obteve maioria absoluta¹⁶⁵.

Gráfico 1-Partilha dos votos nas seis eleições presidenciais %



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados oficiais da CNE.

Portanto, considerando que o aprimoramento político-legal em Moçambique, aconteceu principalmente em um contexto de negociações pós-conflito entre o Governo e a Renamo, mas que não foi suficiente para evitar novos conflitos e garantir uma paz duradoura, é necessário estabelecer mecanismos eficazes para assegurar eleições transparentes. É fundamental também criar condições para que os partidos que perdem eleições tenham a

¹⁶⁴ Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD). Fim do DDR em Moçambique: que caminhos para o futuro? Maputo, *PolicyBrief* 2. Jul. 2023. p. 4. Disponível em: <<https://www.imd.org.mz/>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

¹⁶⁵ VINES. *Op. cit.* nota 27.

garantia de que de facto perderam, e devem ser capazes de ver nas instituições a única arena para resolver conflitos e fortalecer a paz e a democracia¹⁶⁶

5.2. Os três Acordos de paz: similaridades e diferenças nos termos estabelecidos

Entre as particularidades deste estudo está a adoção da perspectiva comparada, que procurava estabelecer as semelhanças e divergências entre as disposições dos acordos de paz de 1992, 2014 e 2019.

Os três acordos de paz assinados entre o Governo da Frelimo e a Renamo têm em comum as leis de amnistia (Lei 15/1992, Lei 17/2014 e Lei 10/2019). Pode-se argumentar que essas amnistias, além de evitarem a responsabilização por crimes cometidos durante os confrontos armados, inscrevem-se numa lógica de dependência da trajetória que definiu o processo de reconciliação em Moçambique ao longo dos anos. Na medida em que os signatários historicamente consideram essas leis como instrumentos essenciais para promover a reconciliação entre as partes¹⁶⁷.

Alguns académicos como Lourenço do Rosário, têm defendido precisamente o contexto em que todos os acordos assinados foram seguidos por leis de amnistia, como forma de negociar a paz e encerrar os conflitos armados em Moçambique. Isso baseia-se no reconhecimento de que não haverá um vencedor na guerra, tanto o Governo quanto a Renamo, compreendem a necessidade da amnistia como condição para aceitar os acordos de paz propostos¹⁶⁸.

Independentemente das circunstâncias, a amnistia pode promover a reconciliação e reintegração social de ex-combatentes, mas também pode “enviar a mensagem” de impunidade, negar justiça às vítimas e fomentar abusos futuros. Uma vez que os perpetradores podem acreditar que não serão punidos. Por isso, é importante encontrar um equilíbrio entre justiça e perdão para garantir a paz duradoura.

Quanto às disposições, uma das semelhanças que surgem nos acordos diz respeito aspectos militares. Em 1992, 2014 e 2019, o desarmamento e a desmobilização dos combatentes da Renamo foram as principais exigências do Governo, enquanto o tratamento igualitário em relação ao enquadramento de ex-combatentes da Renamo nas FADM e na PRM – interesse do principal partido da oposição, aparecem nos termos acordados.

¹⁶⁶ Entrevista com Glécio Massango - pesquisador no IMD, realizada no dia 01/09/2023.

¹⁶⁷ WEIMER & BUENO. *Op. cit.* p. 65, nota 22.

¹⁶⁸ Entrevista realizada no dia 10/07/2023.

No entanto, uma diferença chave em comparação com o Acordo Geral de Paz de Roma é que, desta vez, a Renamo teve sua capacidade militar completamente desmantelada, tornando-se um partido totalmente civil. A segurança de sua liderança, de outros altos dirigentes e instalações é garantida por um contingente da PRM, responsável pela Protecção de Altas Individualidades, formado ao abrigo do MdE sobre Assuntos Militares no Acordo de Maputo.

Com a eclosão do conflito armado no período que se seguiu às eleições gerais de 2014, a descentralização tornou-se cada vez mais associada ao processo de resolução de conflitos¹⁶⁹. A eleição de Governadores provinciais, e a autonomia administrativa e financeira para as províncias foram alcançadas nos acordos posteriores ao Acordo de Roma. Embora o Acordo de Maputo faça menção à reforma constitucional na Lei 1/2018 de 12 de Junho, resultado das negociações sobre descentralização, nenhuma disposição específica foi dedicada a esse assunto. Apesar disso, essa reforma é importante para Renamo, pois representa uma oportunidade de acesso ao poder político.

Tal como em 1992, no actual DDR, a reintegração baseia-se em três pilares: o desmobilizado, a sua família e a comunidade. Esta intenção confirma a abordagem segundo a qual, a teoria da mudança procura os actores adequados para permitir que os implementadores identifiquem com mais clareza quem, porquê e para que fins diferentes indivíduos e grupos são visados em projectos de prevenção de conflitos e construção da paz¹⁷⁰.

Para além de focar exclusivamente nos ex-combatentes da Renamo, buscou-se uma abordagem holística que promove a participação e inclusão da sociedade em geral, através dos programas implementados pelo Secretariado para o Processo da Paz em Moçambique e pela UE nas comunidades afectadas por conflitos em 14 distritos das províncias de Sofala, Manica e Tete. Portanto, a abordagem de três pilares permite que um grupo maior beneficie do programa de DDR¹⁷¹.

¹⁶⁹ FORQUILHA, Salvador. *Descentralização e Conflito em Moçambique: o desafio da construção do Estado. Desafios para Moçambique* 2017, p. 36.

¹⁷⁰ CARE International & CDA Collaborative Learning Projects., *Op. cit.*, nota 118.

¹⁷¹ Entrevista com Caroline Lopes - Delegação da União Europeia em Moçambique, realizada no dia 05/09/2023.

5.3. Para uma implementação bem-sucedida dos acordos assinados em Moçambique: que desafios?

A implementação efectiva dos Acordos de Paz em Moçambique tem sido um desafio constante desde a assinatura do Acordo de Roma. Alguns desses desafios podem ser explicados pela dependência da trajectória.

Legados do passado, como conflitos anteriores e eventos políticos relacionados à organização dos processos eleitorais, deixaram marcas de desconfiança, divisões sociais e ressentimentos. As instituições políticas e governamentais existentes, moldadas pelo contexto histórico traçado pela Frelimo que tinha-se concebido e estabelecido como partido único, apresentam desafios para a implementação efectiva dos acordos. Isso inclui partidarização do Estado e exclusão socio-política¹⁷².

Em segundo lugar, o facto do processo de acomodação de interesses da Renamo, ter ocorrido por meio da força armada nos anos seguintes à independência, revelou-se um mecanismo viável para reivindicar reformas institucionais junto ao Governo da Frelimo, em processos subsequentes.

Apesar do carácter histórico que os signatários mostram no momento da assinatura dos acordos, a falta de confiança e reconciliação entre eles tem gerado retrocessos na consolidação da paz. Essa desconfiança é justificada pelo facto de o Acordo de Maputo ser o terceiro acordo do tipo firmado no país em quatro décadas. Nas vezes passadas, os acordos, que prometiam trazer uma paz definitiva, estabeleceram apenas tréguas temporárias¹⁷³.

A reconciliação consiste no reconhecimento e aceitação mútuos de interesses e objectivos investidos, visando o desenvolvimento de relações pacíficas, confiança mútua e consideração pelas necessidades e interesses da outra parte¹⁷⁴. Ou ainda, significa não esconder nada, e ambos os lados não cultivaram o espírito de confiança. Especialmente no caso da Renamo, o facto de ter escondido as armas era um mecanismo que sempre seria usado quando a outra parte não cumprisse o acordo ou as exigências¹⁷⁵.

¹⁷²Lourenço do Rosário. *Op. cit.*, nota 168.

¹⁷³ Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2019/08/22/mocambique-assina-terceiro-acordo-de-paz-entre-divergencias-na-oposicao-e-indiferenca-do-povo/>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

¹⁷⁴ BAR-TAL & BENNINK, *Op. cit.*, nota 101.

¹⁷⁵ Tomás Viera Mário. *Op. cit.*, nota 158.

Como refere Dom Dinis Sengulane¹⁷⁶, Bispo Emérito da Igreja Anglicana, o conflito ressurgiu devido à falta de reconciliação real e conversas abertas. A ideia de transformar armas em enxadas, surgiu no DDR com o objectivo de garantir a reconciliação das partes e a proibição da posse de armas por parte de partidos políticos. Mas, a falta de confiança, e intimidação foram evidentes quando comparadas à população que possuía algumas armas que foram recolhidas entre 1995 a 2015. Não menos importante, a reconciliação implica “desarmar a mente”, não basta as leis de amnistia criadas; é preciso reforçar o diálogo formal e informal para alcançar a reconciliação, pois somente através dela poderemos tomar medidas preventivas para evitar o surgimento de novos conflitos.

A violência retorna durante a implementação dos acordos quando os incentivos para a violência estão presentes, as queixas dos cidadãos são ignoradas, há falta de compromisso com a reintegração socio-económica, e concepção exclusiva dos acordos¹⁷⁷. Glécio Massango¹⁷⁸, pesquisador no Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), justifica isso ao afirmar que um maior compromisso do Governo e da Renamo em relação ao DDR pode contribuir para a consolidação da paz e da democracia, mas não garantir completamente. Não obstante, é importante que desempenhem seu papel como líderes e que os acordos sejam institucionalizados, para que não se pense que o processo de paz depende apenas dos líderes políticos, independentemente de estarem no poder ou não.

A falta de compromisso com o DDR, sobretudo na fase de reintegração socio-económica dos desmobilizados da Renamo, foi uma das principais causas do problema na consolidação de paz em Moçambique. Ao contrário de muitos programas de DDR, o modelo moçambicano visa não só a reintegração, mas também a reconciliação, para assegurar que os desmobilizados retornem à sociedade sem estigma social. Todavia, isso tem sido um desafio, uma vez que os processos de paz têm-se concentrado nos actores envolvidos no conflito, ignorando muitas vezes as vítimas dessa mesma violência¹⁷⁹.

A este propósito, Hermenegildo Mulhovo¹⁸⁰, Director-Executivo do Instituto para Democracia Multipartidária, destaca que, apesar do compromisso demonstrado pelos signatários do DDR, como a concessão de pensões aos desmobilizados da Renamo - um elemento importante para a reintegração e que não faz parte dos acordos assinados, o modelo de reintegração

¹⁷⁶ Entrevista realizada no dia 31/08/2023.

¹⁷⁷ Ver Derouen Jr, Bercovitch e Wei (2009); Chakma (2020). *Op. cit.*, nota 44 & 46.

¹⁷⁸ Entrevista realizada no dia 01/09/2023. *Op. cit.*, nota 166.

¹⁷⁹ Tomás Viera Mário. *Op. cit.*, nota 158.

¹⁸⁰ Entrevista realizada no dia 17/08/2023.

comunitária adoptado no país (que implica a desmobilização e dispersão de ex-combatentes) dificulta a assistência adequada aos desmobilizados, uma vez que estes escolhem onde querem viver. Por isso, é importante criar mecanismos de comunicação entre os desmobilizados e as comunidades receptoras para facilitar a sua adaptação à vida civil e social, pois eles não dependem apenas de projectos de reinserção económica, mas também das acções altruístas das comunidades onde se reintegram.

As reivindicações de que a Renamo tem se queixado destacam as desigualdades socio-económicas que constituem desafios e lacunas no processo de implementação dos acordos. O motivo pelo qual a questão da desigualdade capta tanta atenção para alcançar uma paz definitiva é a ideia de injustiça associada à concentração de recursos e oportunidades em uma determinada classe social moçambicana.

A percepção generalizada dessas disparidades pode levar a tensões e conflitos entre diferentes grupos de pessoas no país. Aliás, em 2017 iniciaram-se ataques em Mocímboa da Praia, província de Cabo Delgado, por supostos grupos de militantes islâmicos radicais. Apesar das diferenças entre os conflitos anteriores - Governo e Renamo, existem aspectos semelhantes na insurgência em Cabo Delgado, no que se refere aos factores que podem ter contribuído para o surgimento e desenvolvimento do conflito, como o sentimento de exclusão da população local em relação a distribuição equitativa dos recursos do Estado¹⁸¹. Logo, é crucial abordar essas desigualdades como parte integrante do processo de construção da paz.

A fim de superar os desafios mencionados, a intervenção de terceiros através de personalidades provenientes de diferentes contextos e posições sociais, especialmente actores internacionais, organizações da sociedade civil e religiosas no processo de implementação dos acordos, pode resultar em uma implementação bem-sucedida¹⁸². Além das negociações que levaram à assinatura dos três Acordos, o processo de implementação do DDR constitui um caso prático da aplicação da Teoria de Mudança quando é evidente a combinação adequada de vários actores na construção da paz no período pós-conflito. Isso inclui envolver todas as partes da sociedade e investir em programas abrangentes de reintegração socio-económica, com ênfase nas áreas afectadas pelo conflito.

A Delegação da União Europeia em Moçambique entrou no actual processo de implementação do DDR através da mediação do conflito que ressurgiu em Abril de 2013.

¹⁸¹ Ver Forquilha e Pereira (2020); Weimer (2020).

¹⁸² CARE International & CDA Collaborative Learning Projects. *Op. cit.*, nota 118.

Quando as negociações começaram, a União Europeia (UE) aproximou as partes, identificou grupos técnicos de trabalho, interlocutores para ambas as partes e incentivou o presidente da República a viajar para Gonrogosa e encontrar-se com o antigo líder da Renamo. Após assinatura do Acordo de Maputo, a UE e a Áustria, sob a liderança do Governo, implementaram o Programa de Desenvolvimento Local para a Consolidação da Paz (DELPAZ) com objectivo de promover o desenvolvimento económico local em comunidades afectadas por conflitos em 14 distritos das províncias de Sofala, Manica e Tete¹⁸³.

O DELPAZ, faz parte do apoio abrangente em 26 milhões de euros co-financiado pela UE e Áustria para o apoio à implementação das acções acordadas. Uma especial atenção é dada à criação de oportunidades para jovens, mulheres e ex-combatentes na construção da paz, resolução de conflitos locais, desenvolvimento da agricultura e empreendedorismo para impulsionar as economias das comunidades afectadas¹⁸⁴. Portanto, com este programa pretende-se criar um equilíbrio entre os reintegrados e a comunidade em geral, para evitar a percepção de que o Estado está a concentrando seus esforços apenas nos desmobilizados¹⁸⁵.

Apesar dessa iniciativa, as organizações da sociedade civil (OSC) têm tido participação limitada nos processos de paz, enquanto o papel das igrejas se restringe à mediação entre as partes. O DDR pode enfrentar desafios a curto prazo, uma vez que não se sabe até que ponto os consensos alcançados para assinar o Acordo de Maputo não serão questionados, tendo em conta que o actual presidente da Renamo não possui o mesmo consenso e inquestionabilidade que Dhalkama tinha dentro do partido, o que pode gerar contestações sobre as decisões tomadas durante o seu mandato. Daí que, é necessário envolver os moçambicanos através de fóruns locais, distritais ou provinciais para engajar diversos actores no processo de negociação e implementação dos acordos de paz¹⁸⁶.

Outrossim, é necessário haver intervenções económicas, políticas e sociais robustas para que os reintegrados possam desfrutar dos benefícios de abandonar a violência. Do ponto de vista económico, a criação de programas de apoio financeiro e capacitação empresarial pode

¹⁸³ Caroline Lopes. *Op. cit.*, nota 171.

¹⁸⁴ <https://mozambique.un.org/pt/201911-delpaz--desenvolvimento-local-para-consolidação-da-paz-em-moçambique>

¹⁸⁵ “Existe também, o Secretariado para o Processo da Paz (PPS), criado em 2017 e liderado pelo então Embaixador suíço Mirko Manzoni, por meio de um mandato atribuído pelas partes à Suíça, que na época estava encarregada de facilitar negociações de paz. O PPS apoia as partes na mobilização de recursos para assegurar a implementação efectiva e integral dos termos dos Acordos de CHM e Acordo de Maputo.” - Caroline Lopes. *Op. cit.*, nota 171.

¹⁸⁶ Entrevista com Edson Cortez – Director-Executivo do CIP, realizada no dia 18/07/2023.

auxiliar na reintegração bem-sucedida. Contudo, deve se respeitar as especificidades, pois nem todos desejam iniciar o seu próprio negócio. Alguns podem preferir buscar empregos convencionais, o que requer um esforço para conciliar os interesses dos desmobilizados com os recursos disponíveis¹⁸⁷.

Em parte, devemos considerar que os desmobilizados podem estar numa situação de relativa desvantagem em relação àqueles que não estiveram envolvidos em conflitos armados. Políticas devem ser desenvolvidas para garantir que o facto de ser um ex-combatente não o coloque significativamente em desvantagem no acesso a fundos para promover o auto-emprego e oportunidades de formação técnico-profissional ou ensino superior para seus filhos e dependentes. Um exemplo bem-sucedido disso é o caso do DDR na Serra Leoa, onde os programas de reintegração foram estendidos às famílias e dependentes dos ex-combatentes, resultando na adesão de aproximadamente 12.000 indivíduos a cursos de educação formal, com as despesas académicas pagas e uma bolsa mensal proveniente de contribuições internacionais.

A nível social, é importante reconhecer que os desmobilizados regressam à comunidade após amnistia e reconciliação. Se não houver acompanhamento e aconselhamento adequados entre os desmobilizados e a comunidade, pode haver retrocessos nos ganhos alcançados pela paz.

Por fim, a nível político, uma vez que a maioria dos desmobilizados teve pouca ou nenhuma oportunidade de estudar para compreender os processos de participação e governação, é necessário garantir que tenham acesso à informação política e as mesmas oportunidades reais de participação no processo de governação local e nacional, isso permitirá que se sintam cidadãos capazes de tomar decisões informadas.

¹⁸⁷ Glécio Massango. *Op. cit.*, nota 166.

6. Considerações Finais e Recomendações

A presente pesquisa propunha-se a analisar os avanços e recuos na implementação do acordo sobre o DDR. Assim, partiu-se do pressuposto de que, apesar de Moçambique ser considerado um caso exemplar de pacificação, devido à conclusão bem-sucedida do processo de transição da guerra para a paz, o processo incompleto de desarmamento, desmobilização e reintegração sócio-económica de ex-combatentes da Renamo e a ausência de uma reconciliação efectiva entre o Governo e a Renamo, prejudicaram a estabilidade alcançada pelo AGP, comprometendo a consolidação da paz e democracia.

No primeiro momento, foram destacados os principais avanços resultantes da implementação do AGP, como a desmobilização de um grande número de ex-combatentes e a abertura de um campo para o desenvolvimento da democracia multipartidária. No entanto, o ressurgimento da violência armada em algumas províncias do país representou um grande retrocesso, decorrente do não cumprimento efectivo das medidas do DDR estabelecidas no Acordo de Roma e a forma como os processos eleitorais são organizados.

Por outro lado, constatou-se que a falta de reconciliação e confiança entres os signatários na implementação do AGP permitiu que o antigo líder da Renamo tivesse acesso contínuo a um grupo armado para fazer exigências ao Governo através do uso da violência física e alcançar novos acordos.

Em relação à avaliação comparada dos três acordos de paz, observou-se que o Acordo de Paz de Roma foi bem estruturado e abrangente. Tudo foi feito para garantir a paz, só que os governos subsequentes não deram continuidade efectiva à implementação. As principais reivindicações dos últimos dois acordos e do memorando de entendimento são históricas. Contudo, a eliminação completa da capacidade militar da Renamo e a eleição de Governadores provinciais foram consensos alcançados após Roma.

A recorrência de questões militares nos acordos pós-Roma responde à pergunta como a implementação do DDR influencia uma paz definitiva em Moçambique. A reintegração sócio-económica completa dos desmobilizados da Renamo e seu enquadramento nas forças armadas e na Polícia da República de Moçambique, são aspectos cruciais para alcançar uma paz efectiva e reconciliação nacional. O facto é que o DDR é um processo complexo que requer tempo, recursos financeiros, compromisso contínuo e cooperação entre as partes e outros actores relevantes para garantir uma implementação bem-sucedida.

Ademais, as discussões sobre aspectos militares mostraram que, quando os partidos políticos e os moçambicanos renunciam à violência armada, e resolvem as suas diferenças por meio do diálogo e da negociação, em vez do uso da força, cria-se um clima de confiança mútua e reduz-se significativamente o risco de confrontos violentos e crises políticas. A ausência de armas também facilitou a participação política ampla e inclusiva no processo eleitoral de 1999.

No que diz respeito aos desafios da implementação efectiva dos acordos de paz assinados, evidenciou-se que heranças do passado deixaram marcas de desconfiança que dificultam a transição para uma paz definitiva. A falta de eleições transparentes, o carácter bipolar das negociações entre os principais partidos e a partidarização do Estado, têm impacto negativo na construção da paz e desenvolvimento democrático do país.

O DDR, em particular a última fase desse processo – Reintegração e Reconciliação, por enquanto é uma prática inédita. Porque por um lado, o programa ainda está em curso e os resultados ainda não são visíveis, pois o sucesso é medido a longo prazo. Embora a Renamo tenha confirmado a entrega de seu arsenal e o processo tenha abrangido todos os seus homens, não se sabe até que ponto foram seguidos os critérios de desmobilização e se os antigos membros da Junta Militar fizeram recrutamento individual que depois não foram elegíveis. Segundo, há um fraco compromisso do Governo em relação ao pagamento das pensões e se o Governo criou mecanismos para garantir a sustentabilidade das pensões e programas de reintegração após o fim da assistência da União Europeia e do Secretariado para o processo de paz.

Outro problema relaciona-se ao facto de que apenas o enquadramento nas FADM e na PRM não é suficiente. A promoção ou progressão na carreira dentro do aparelho do Estado depende também da educação. Se não houver um programa de capacitação que auxilie os enquadrados na formação académica, podemos ter situações de um exército sem qualificação a progredir ou uma reserva compulsiva novamente sob pretexto de qualificações.

Desta forma, ao cruzar os determinantes apresentados pela literatura com os resultados obtidos e com o suporte do referencial teórico adoptado, confirma-se a hipótese levantada pela pesquisa, a qual sustenta que “um maior compromisso do Governo e da Renamo em relação ao acordo sobre processo de DDR pode contribuir para a consolidação da paz e democracia em Moçambique”.

6.1. Recomendações

Com base nos resultados da pesquisa e nas análises realizadas, o trabalho apresenta um conjunto de recomendações para as partes interessadas no processo DDR em Moçambique. As recomendações foram desenvolvidas considerando as necessidades identificadas durante a pesquisa e visam contribuir para a consolidação da paz e da democracia no país.

6.1.1. Ao Governo

- Fortalecer o compromisso com o processo de DDR, garantindo recursos suficientes para a implementação efectiva, incluindo o pagamento de pensões e programas de reintegração;
- Promover diálogo contínuo e inclusivo, buscar consensos e soluções para os desafios que possam surgir.

6.1.2. Ao partido Renamo

- Manter o compromisso com a paz, e assegurar que todos os membros sejam adequadamente incluídos no processo de reintegração social e económica;
- Ver nas instituições democráticas um campo para resolver suas preocupações.

6.1.3. Às Organizações da Sociedade Civil

- Monitorar e apoiar o processo de DDR, promover a transparência e prestação de contas;
- Estabelecer parcerias com o Governo e outras entidades para fornecer apoio psicossocial, educacional e profissional aos ex-combatentes e suas comunidades.

6.1.4. Aos parceiros de Cooperação

- União Europeia e doadores comum: continuarem a fornecer apoio financeiro e técnico para a implementação efectiva dos programas de capacitação e de reconstrução das comunidades afectadas;
- ONU: continuar a desempenhar um papel de coordenação e apoio técnico no processo de DDR, trabalhando em estreita colaboração com o Governo, Renamo e outras partes interessadas;
- Facilitar a troca de experiências e boas práticas entre países que passaram por processos de DDR bem-sucedidos, a fim de fornecer orientações adicionais para Moçambique.

7. Referências Bibliográficas

1. AGHEDO, Iro. Winning the war, losing the peace: Amnesty and the challenges of post-conflict peace-building in the Niger Delta, *Nigeria. Journal of Asian and African Studies*, v. 48, n° 3, pp. 267-280, 2013.
2. AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
3. ALUSALA, Nelson; DYE, Dominique. Reintegration in Mozambique: an unresolved affair. *Institute for Security Studies Papers*. n. 217, pp. 1-16, 2010.
4. BADRAN, Ramzi. Intrastate peace agreements and the durability of peace. *Conflict Management and Peace Science*, v. 31(2), 193-217, 2014.
5. BARKA, Habiba Ben; NCUBE Mthuli. Political Fragility in Africa: are military coups d'état a never-ending phenomenon. *African Development Bank*, v. 9, n° 9, pp. 1-15, 2012.
6. BAR-TAL, Daniel; BENNINK, Gemma H. The nature of reconciliation as an outcome and a process. In: Y. Bar-Siman-Tov (ed.). *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Nova Iorque: Oxford University Press, v. 6, 2004.
7. BEKOE, Dorina. *Implementing Peace Agreements: Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
8. BELL, Christine. Women and peace processes, negotiations, and agreements: operational opportunities and challenges. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, 2013.
9. _____. Peace Agreements: Their Nature and Legal Status. *American Journal of International Law*, v. 100, n. 2, pp. 373-412, 2006.
10. BROUNÉUS, Karen. Rethinking Reconciliation: concepts, methods, and an empirical study of truth telling and psychological health in Rwanda. *Department of Peace and Conflict Research*, Sweden: Uppsala University, 2008.
11. CABRITA, João M. independence War. In: *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. London: Palgrave Macmillan UK, 2000.
12. CARE International & CDA Collaborative Learning Projects: Has Peacebuilding Made a Difference in Kosovo? *Asian Social Sciences Review*, July 2006.
13. CEDERMAN, Lars-Erik. et al. Territorial Autonomy in the Shadow of Conflict: Too little, too late? *American Political Science Review*, pp. 354-370, 2015.
14. CHAKMA, Anurug. What Determines the Implementation of Civil War Peace Agreements? *E-International Relations*: ISSN, 2020.

15. CHICHAVA, Sérgio, et. al., (Org.). *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2015.
16. COCKAYNE, James; O'NEIL, Siobhan. UN DDR in an era of violent extremism: Is it fit for purpose? *Tokyo: United Nations University*, 2015.
17. COELHO, João Paulo Borges. Antigos Soldados, novos cidadãos: A reintegração dos desmobilizados de Maputo. *Estudos Moçambicanos*, v. 20, Maputo, pp. 141-236, 2002.
18. COHEN, Herman J. *Intervening in Africa: Superpower Peacemaking in a Troubled Continent*. New York, NY: St. Martin's Press, 2000.
19. CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Projecto de conceito da UE para o apoio ao Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)*. Bruxelas, 6 de Dezembro. pp. 1-29, 2006.
20. CONTRERA, Renata Bueno. O neo-institucionalismo na Ciência Política: uma revisão da literatura. *Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas-POLITI (K) CON*, v. 2, pp. 27-37, 2021.
21. COSSA, Sheila Marcela D; PALIK, Júlia. Mulheres e DDR em Moçambique: A Dinâmica Excludente e Inclusiva dos Programas de DDR. *GPS POLICY BRIEF*, pp. 1-4, 2023.
22. CROCKER, Chester A. *High noon in Southern Africa: Making Peace in a rough neighborhood*. New York: W.W. Norton & Company, 1992.
23. CROCKER, David A. Reckoning with past wrongs: A normative framework. *Ethics & International Affairs*, v. 13, pp. 43-64, 1999.
24. DAM-DE JONG, Daniëlla. Building a sustainable peace: How peace processes shape and are shaped by the international legal framework for the governance of natural resources. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, v. 29, n. 1, pp. 21-32, 2020.
25. DE BRITO, Luís. Uma reflexão sobre o desafio da Paz em Moçambique. *Desafios para Moçambique*. IESE, Maputo. 2014.
26. DEROUEN JR, Karl; BERCOVITCH, Jacob; WEI, Jun. Duration of peace and recurring civil wars in Southeast Asia and the Pacific, *Civil Wars*, v. 11, nº 32, pp. 103- 120, 2009.
27. _____; LEA, Jenna; WALLENSTEEN, Peter. The duration of civil war peace agreements. *Conflict Management and Peace Science*, v. 26 (4), pp. 367-387, 2009.
28. FERNANDES, António Sérgio Araújo. Path dependency e os estudos históricos comparados. *BIB, São Paulo*, v. 53, n. 1, pp. 79-102, 2002.

29. FETHERSTON, Anne Betts. *Towards a theory of United Nations peacekeeping*. Springer. 1994.
30. FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. *Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado*, Maputo: IESE, 2020.
31. _____, Salvador. Descentralização e Conflito em Moçambique: o desafio da construção do Estado. *Desafios para Moçambique*. pp. 35-59, 2017.
32. GEFFRAY, Christian. *La Cause des Armes au Mozambique. anthropologie d'une guerre civile*. Karthala. Editions, 1990.
33. GIL, António Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
34. GLASSMYER, Katherine; SAMBANIS, Nicholas. Rebel - military integration and civil war termination, *Journal of Peace Research*, v. 45, nº 3, pp. 365-368, 2008.
35. HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. Political science and the three new institutionalisms. *Political studies*, v. 44, n. 5, 1996.
36. HARSCH, Ernest. Reintegration of ex-combatants. *Africa Renewal*, v. 19, n. 3, p. 1- 13, 2005.
37. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
38. HODDIE, Matthew; HARTZELL, Caroline. Civil war settlements and the implementation of military power-sharing arrangements, *Journal of Peace Research*, v. 40, nº 3, pp. 303-320, 2003.
39. IDRIS, Iffat. Lessons from DDR programmes. *Governance, Social Development, Humanitarian and Conflict - GSDRC, University of Birmingham*. June, v. 1, pp. 1-14, 2016.
40. JARSTAD, Anna K.; NILSSON, Desirée. From words to deeds: The Implementation of Power-Sharing Pacts in Peace Accords: *Conflict Management and Peace Science*, v. 25, nº 3, pp. 206-223, 2008.
41. _____. Making and keeping promises: Regime type and power-sharing pacts in peace accords, *Peace & Change*, v. 43, nº 2, pp. 178-204, 2018.
42. JOLICOEUR, Pierre; HAMPSON, Fen Osler. *Nurturing peace: Why peace settlements succeed or fail*. Washington, D.C., United States Institute of Peace Press, 1996.

43. JOSHI, Madhav; QUINN, Jason Michael. Implementing the peace: The Aggregate Implementation of Comprehensive Peace Agreements and Peace Duration after Intrastate Armed Conflict. *British Journal of Political Science*, v. 47, n. 4, pp. 869-892, 2017.
44. KERR, Rachel; MOBEKK, Eirin. *Peace and Justice*. Malden, MA: Polity Press, 2007.
45. KINGMA, Kees. Um olhar ao DDR em curso em Moçambique: discussões francas sobre planos realísticos de reintegração crucial para o sucesso da operação. *Policy Brief*, nº 9. Maputo: EISA, 2020.
46. KLAY KIEH, George. Peace agreements and the termination of civil wars: Lessons from Liberia. *African journal on Conflict Resolution*, v. 11 n. 3, pp. 53-85, 2011.
47. LAHAI, Bernadette. Parliamentary Oversight: The Sierra Leone Experience and Constraints. In: *workshop to Strengthen Legislatures in Commonwealth West Africa*. pp. 23-25, 2005.
48. LALÁ, Anícia. DDR in Mozambique: The Borderlines of the Success Story. *From Conflict to Community: a Combatant's Return to Citizenship*. GFN-SSR: Shrivenham, pp. 155-185, 2005.
49. _____. Dez Anos de Paz em Moçambique: Da visão normativa à perspectiva realista. *Estudos Moçambicanos*, v. 20, n. 1, pp. 19-40, 2022.
50. LIMONGI, Fernando. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura norte-americana recente. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 37, pp. 3-38, 1994.
51. LITTLEJOHN, Gay. Secret stockpiles: arms caches and disarmament efforts in Mozambique. *Geneva: Small Arms Survey*, 2015.
52. LOUNSBERY, Marie Olson; DEROUEN JR, Karl. The roles of design and third parties on civil war peace agreement outcomes, *Peace & Change*, v. 43, nº 2, pp. 139-177, 2018.
53. LUNDIN, Irae Baptista. Mechanisms of community reception of demobilized soldiers in Mozambique. *African Journal of Political Science*, pp. 104–118, 1998.
54. LYNCH, Gabrielle; CRAWFORD, Gordon. Democratization in Africa 1990-2010: an assessment. *Democratization*, v. 18, nº 2, pp. 275 -310, 2011.
55. LYONS, Terrence. Successful peace implementation: plans and processes. *Peacebuilding*, v. 4, n. 1, pp. 71-82, 2016.

56. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
57. MATTES, Michaela; SAVUN, Burcu. Fostering peace after civil war: Commitment problems and agreement design. *International Studies Quarterly*, v. 53 (3), pp. 737-759. 2009.
58. MCGREGOR, Lorna. Beyond the time and space of peace talks: Re-appropriating the peace process in Sri Lanka. *International Journal of Peace Studies*, v. 11, nº 1, pp. 39-41, 2006.
59. MCMULLIN, Jareme. Reintegration of combatants: were the right lessons learned in Mozambique? *International Peacekeeping*, v. 11 n. 4, pp. 625-643, 2004.
60. MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michael; DO ROSÁRIO, Domingos. *BOOK (eds): The War Within New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. James Currey, 2018.
61. MURSHED, S. Mansoob; VERWIMP, Philip. Enforcing peace agreements in fragile states through commitment technologies. *Fragile States: Causes, Costs, and Responses. UNU World Institute for Development and Economic Research*. 2011.
62. MUTWOL, Julius. *Peace Agreements and Civil Wars in Africa: Insurgent Motivations, State Responses, and Third-Party Peacemaking in Liberia, Rwanda, and Sierra Leone*. Amherst, NY, Cambria Press, 2009.
63. OBER, H. CARE International UK Peacebuilding with Impact: Defining theories of change. *London: CARE*, 2012.
64. OLIVEIRA, Cortês Emmanuel. Porquê o Conflito Armado em Moçambique? Enquadramento teórico, dominância e dinâmica de recrutamento nos partidos da oposição. Maputo: *Observatório Político*, 2016.
65. OSAA. Overview: DDR processes in Africa – Second International Conference on DDR and Stability in Africa Kinshasa, Democratic Republic of Congo, 12-14 June, 2007.
66. PAFFENHOLZ, Thania. Civil society and peace negotiations: beyond the inclusion - exclusion dichotomy, *Negotiation Journal*, v. 30, nº 1, pp. 69-91, 2014.
67. POSNER, Daniel N.; YOUNG, Daniel J. The institutionalization of political power in Africa. *Journal of Democracy*, v. 18, nº 3, pp. 126-140, 2007.
68. PREMPEH, H. Kwasi. Presidents Untamed. In: Larry Diamond & Marc Plattner (Org.). *Democratization in Africa. Progress and Retreat*, Washington DC: JHU Press. 2010.

69. PROCOPIUCK, Mário. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governação e redes de políticas, administração judiciária. Editora Atlas, 2013.
70. PUGEL, James. Key Findings from the nationwide survey of ex-combatants in Liberia: reintegration and reconciliation. *Monrovia: UNDP Liberia Joint Implementation Unit (JIU)*, 2006.
71. REPPELL, Lisa; ROZEN, Jonathan; DE CARVALHO, Gustavo. Plano para a Paz: Lições do processo de consolidação da paz em Moçambique. *Instituto de Estudos de Segurança*. nº 291, 2016.
72. RETTBERG, Angelika; DUPONT BERNAL, Federico. Peace Agreement Implementation (PAI): What Matters? A Review of the Literature. *Colombia Internacional*, n. 113, 2023.
73. RICHARDS, Joanne. DDR in DRC: The Impact of Command and Control. *Geneva Institute of International and Development Studies*. pp. 1-13, 2012.
74. SANTOS, Iveraldo; POZZOLI, Lafayette; SIQUEIRA, Gilmar Assis. Por que os Acordos de Paz Fracassam? Um diálogo entre Santo Agostinho e Norberto Bobbio. *RJLB*, nº 5. 2019.
75. SPINK, M. J. P (Org). MENEGON, V. A pesquisa como prática discursiva: Superando os horrores metodológicos. In: _____. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
76. STEDMAN, Stephen John. Implementing peace agreements in civil wars: Lessons and recommendations for policy-makers. *New York, International Peace Academy*. 2001.
77. _____. Spoiler problems in peace processes. *International Security*, 22 (2), pp. 5–53, 1997.
78. STRAMBACH, Simone; HALKIER, Henrik. Reconceptualizing change: Path dependency, path plasticity and knowledge combination. *Zeitschrift fur wirtschaftsgeographie*, v. 57, n. 1-2, pp. 1-14, 2013.
79. THÉRET, Bruno. As Instituições entre as estruturas e as acções. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n. 58, pp. 225-254, 2003.
80. TOFT, Monica Duffy. Securing the peace: the durable settlement of civil wars. *New Jersey: Princeton University Press*, 2009.

81. TULL, Denis M; MEHLER, Andreas. The Hidden Costs of Power-Sharing: Reproducing Insurgent Violence in Africa, *African Affairs*, v. 104, n. 416, pp. 375-398, 2005.
82. VALENÇA, Marcelo Mello. Questão da Segurança nas Novas Operações de Paz da ONU: Os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina. Rio de Janeiro: PUC, 2006.
83. VAN DE WALLE, Nicolas, *African economies and the politics of permanent crisis, 1979–1999*. Cambridge University Press, 2001.
84. VAN DEN BERGH, Lúcia. *Porque prevaleceu a paz: Moçambicanos respondem*. AWEPA, Associação de Parlamentares Europeus com África, 2011.
85. VANDEGINSTE, Stef; SRIRAM, Chandra Lekha. Power Sharing and Transitional Justice: a clash of paradigms? *Global Governance*, v. 17, nº 4, 2011.
86. VINES, Alex. As perspectivas de um acordo sustentável entre as elites em Moçambique: à terceira é de vez? *Chatham House, The Royal Institute of International Affairs*. 2019.
87. _____. Renamo's rise and decline: the politics of reintegration in Mozambique. *International Peacekeeping*, v. 20, n. 3, pp. 375–393, 2013.
88. _____. Violence, peacebuilding, and elite bargains in Mozambique Since independence: The State of Peacebuilding in Africa: Lessons Learned for Policymakers and Practitioners. *Springer International Publishing*, pp. 321-342, 2021.
89. WALLENSTEEN, Peter. Understanding conflict resolution. In: _____. The problem and how to approach it. Singapore: Sage, 2011.
90. WALTER, Barbara F; SYNDER, Jack L (Ed). *Civil Wars, Insecurity, and Intervention*. Columbia University Press, 1999.
91. WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália. Paz e Reconciliação em Moçambique: conjunturas críticas e dependência da trajetória Natália. *Desafios para Moçambique*. Maputo: IESE, 2020.
92. WISE, Laura. Setting aside the “others”: Exclusion amid inclusion of non-dominant minorities in peace agreements. *Nationalism and Ethnic Politics*, v. 24, nº 3, pp. 311-313, 2018.
93. World Bank, Global Monitoring Report 2011: Improving the Odds of Achieving the MDGs, *Global Governance*, April, 2011.
94. YARTEY, Charles. The economics of civil wars in sub-Saharan Africa: *From Conflict to Reconstruction - Main Lessons and Challenges for Sub-Saharan Africa-The Case of the Democratic Republic of Congo*. 2004.

Monografias e Teses

1. BENE, Timóteo Avelino. Processo de resolução de conflitos em Moçambique: análise da participação da Igreja Católica na mediação de conflitos político-eleitorais (1994-2019). 2021, 51 p. Monografia (apresentada ao final do curso de licenciatura em Ciência Política) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, Maputo.
2. CARVALHO, Beatriz Guilherme. A Construção da Paz à Luz dos Processos de Reforma do Sector de Segurança e de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração: uma análise da intervenção no Afeganistão entre 2001 e 2014. Uberlândia, 2021.
3. MALACHE, Adriano Manuel. Utilização e desenvolvimento de recursos humanos nos programas de desmobilização e reintegração: formas de sobrevivência e expectativas de combatentes desmobilizados no distrito de Boane. Maputo, 1997, 3 p. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, Maputo.
4. MESSARI, Nizar. Novas Operações de Paz da ONU: os casos de Serra Leoa e da Bósnia-Herzegovina. Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Brasil.

Legislação

1. República de Moçambique. Lei n.º 13/92 de 14 de Outubro de 1992 - Aprova o Acordo Geral de Paz.
2. _____. 13/92 de 14 de Outubro de 1992 - Aprova o Acordo Geral de Paz.
3. _____. 15/92 de 14 de Outubro de 1992 - Lei de Amnistia.
4. _____. 17/2014 de 14 de Agosto - Lei de Amnistia.
5. _____. 29/2014 de 9 de Setembro - Aprova o Acordo de Cessação das Hostilidades Militares.
6. _____. 2018 de 12 de Junho - Aprova a Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique.
7. _____. 10/2019 de 29 de Agosto - Lei de Amnistia.
8. _____. 11/2019 de 12 de Setembro - Aprova o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.
9. _____. 12/2023 de 4 de Abril - Estabelece benefícios de segurança social dos desmobilizados no âmbito do Acordo de Maputo.

Portais de Internet

1. <http://www.peaceagreements.org>
2. <https://direitoreal.com.br/artigos/as-tres-versoes-do-neoinstitucionalismo>
3. <https://macua.blogs.com/files/savana-1107.pdf>
4. https://peacekeeping.un.org/mission/past/unamsil/factsheet1_DDR.pdf
5. https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/unpeacekeeping-operationlist_3_1_0.pdf
6. <https://pt.globalvoices.org/2019/08/22/mocambique-assina-terceiro-acordo-de-paz-entre-divergencias-na-oposicao-e-indiferenca-do-povo/>
7. <https://www.imd.org.mz/>
8. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9540/9540_5.PDF

APÊNDICE I - Lista de Pessoas Entrevistadas

Nome do Entrevistado	Posição & Instituição	Local	Data
André Magibire	Chefe da Comissão de Assuntos Militares do partido Renamo	Sede do Partido Renamo – Av. Ahmed Sékou Touré, Maputo	01/08/2023
Lutero Simango	Presidente do Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM)	Assembleia da República – Av. 24 de Julho, Maputo	15/06/2023
Elias Gilberto Impuiri	Deputado da Bancada Parlamentar do MDM	Assembleia da República – Av. 24 de Julho, Maputo	10/08/2023
Edson Cortez	Director – Executivo do Centro de Integridade Pública (CIP)	Sede do CIP – Av. Fernão Melo E. Castro, Maputo	18/07/2023
Hermenegildo Mulhovo	Director – Executivo do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD)	Sede do IMD – Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Maputo	17/08/2023
Glécio Massango	Pesquisador no Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD)	Sede do IMD – Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Maputo	01/09/2023
Caroline Lopes	Conselheira Política - Delegação da União Europeia em Moçambique	Avenida Julius Nyerere - 1306, Maputo	05/09/2023
Aoife Murphy	Secretariado para o Processo da Paz em Moçambique	Chamada telefónica & Correspondências electrónicas (e-mail)	08/09/2023
Lourenço do Rosário	Académico e Patrono da Politécnica	Universidade Politécnica – Av. Paulo S. Kankhomba, Maputo	10/07/2023
Tomás Viera Mário	Jornalista e Director-Executivo do SEKELEKANI	Rua. Valentim Siti, nº 178, 1º andar, Maputo	14/08/2023
João Damião	Secretário-Geral do CCM	Sede do CCM – Av. Ahmed Sékou Touré, Maputo	13/07/2023
Dom Dinis Sengulane	Bispo Emérito da Igreja Anglicana	Fundação Dom Dinis Sengulane – Rua de Rio, A1, Belo Horizonte	31/08/2023

APÊNDICE II - Guião de Entrevista

Saudações!

Em primeiro lugar agradeço por me receber e aceitar conceder esta entrevista destinada a fins exclusivamente académicos. Meu nome é Gildo Chau, estudante finalista do curso de Licenciatura em Ciência Política, ministrado na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. O meu objectivo com esta entrevista é colher dados para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que visa essencialmente fazer análise em torno dos avanços e recuos na implementação do Acordo sobre o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (1992-2019).

A sua colaboração será extremamente valiosa para minha da pesquisa. Agradeço novamente pelo seu tempo e consideração.

Atenciosamente,

Gildo Chau

Questões para o Governo da Frelimo

1. Em Moçambique, o programa de DDR teve início na década de 1990 como resultado da concretização do Acordo de Paz de Roma. Na sua opinião, o que falhou na implementação deste processo, que é retomado após quase 20 anos de relativa paz?
2. O Acordo de Maputo em conformidade com o previsto no MdE previa o desmantelamento das bases e posições relacionadas com as hostilidades militares até 21 de Agosto de 2019. Já foram encerradas todas bases da Renamo? Quantas? Aonde? Cumpriu-se com o prazo estabelecido? Caso não, o que falhou?
3. Quantas armas foram entregues neste processo? E quantos membros do partido Renamo foram desmobilizados? Quantos reintegrados na sociedade?
4. Em que medida estão assegurados os direitos do pagamento de pensões de reforma aos desmobilizados?

Questões para o Partido Renamo

1. Em Moçambique, o programa de DDR teve início na década de 1990 como resultado da concretização do Acordo de Paz de Roma. Na sua opinião, o que falhou na implementação deste processo, que é retomado após quase 20 anos de relativa paz?
2. O Acordo de Maputo em conformidade com o previsto no MdE previa o desmantelamento das bases e posições relacionadas com as hostilidades militares até 21

- de Agosto de 2019. Já foram encerradas todas bases da Renamo? Quantas? Aonde? Cumpru-se com o prazo estabelecido? Caso não, o que falhou?
3. A Renamo entregou todas armas? Quantas armas foram entregues neste processo? E quantos membros do partido Renamo foram desmobilizados? Quantos reintegrados na sociedade?
 4. Qual é a situação actual dos combatentes de então auto-proclamada Junta Militar da Renamo?
 5. Em que medida estão assegurados os direitos do pagamento de pensões de reforma aos desmobilizados?
 6. A Renamo acha que o pagamento das pensões é a melhor forma de garantir uma reintegração justa e efectiva desses ex-combatentes na sociedade?
 7. Relativamente ao enquadramento. Quantos membros do partido Renamo já foram enquadrados nas FADM e nas unidades da PRM? Em que unidades da PRM foram enquadrados? Quantas mulheres? Quais são os critérios de selecção que a Renamo exigiu dos seus desmobilizados para integrar nas FADM e nas unidades da PRM?
 8. Há uma onda de contestação sobre alguns princípios acordados para a implementação do DDR por parte do partido Renamo?
 9. Foram resolvidas todas as causas que levaram a Renamo a pegar em armas?
 10. Porquê a Renamo considera o Acordo de Maputo, um acordo definitivamente para resolver o conflito Frelimo-Renamo, que se arrasta desde 1977?
 11. O Acordo de Maputo pressupõe a eliminação da capacidade militar da Renamo. Isso aconteceu? O que significa para a Renamo?
 12. A outra questão tem que ver com a contestação da liderança do actual presidente do partido, por parte de alguns membros da Renamo. Isso não afectará o processo de paz?

Questões para o MDM, organizações da sociedade civil, académicos, jornalista, actores externos e confissões religiosas

Não há dúvidas de que o Acordo Geral de Paz garantiu o fim da guerra civil em Moçambique. Acha que este Acordo criou condições para uma real democratização?

1. Acha que há envolvimento das organizações da sociedade civil na implementação dos acordos de paz em Moçambique?
2. Sente existir a necessidade de envolver novos actores neste processo de implementação? Quais seriam tais actores? O que eles fariam de facto nesse processo?

ANEXO I – Resposta ao pedido de entrevista de representante do Governo da Frelimo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

**EXMO SENHOR
GILDO ZEFANIAS CHAU
MAPUTO**

N/REF^a 11/GPM/SIC/029.3/2023

Maputo, 12 de Julho de 2023

Assunto: Resposta ao pedido de realização de trabalho de fim de curso

Acusamos a recepção de credencial nº174/DRA-FLCS/2023, datada de 28 de Junho de 2023, na qual solicita realização de recolha de dados sobre o Tema “Paz e Reconciliação em Moçambique: entre avanços e recuos. Análise da implementação do acordo sobre o DDR (1992-2019).

Neste contexto, temos a honra de comunicar que lamentavelmente o Gabinete do Primeiro-Ministro não poderá contribuir para a entrevista por não ter domínio efectivo dos assuntos contidos no guião da entrevista.

Com os melhores cumprimentos.

A Directora do Gabinete



LM/PM

ANEXO II – Armas transformadas em objectos de arte pelo CCM

